



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

DOD - Documento de Oficialização da Demanda
Inclusão de Despesa no PCA

1. Unidade Demandante

Seção de Gestão do Núcleo de Infraestrutura Computacional (SENIC)

1.1 Titular da Unidade Demandante

Nome do Servidor	Matrícula	Telefone	E-mail
Maria das Graças Oliveira Magalhães Henriques	308	3194-9414	graca.magalhaes@tre-pe.jus.br

2. Detalhamento da Demanda

2.1 Exercício do PCA

Exercício 2024

2.2 Descrição Sucinta da Demanda

Solução de certificado digital do tipo SSL (Secure Socket Layer) WILDCARD, visando credenciar como confiável o site do TRE-PE, assim como os demais serviços web oferecidos por este Regional, para os navegadores de internet.

2.3 Itens, Quantidades e Valores

Serviços							
Nº Item	Descrição do Item	Grupo de Natureza da Despesa (GND)	Elemento de Despesa	CATSER	Quantidade	Unidade de Medida	Valor (Quant. X Valor Unit.)

1	Certificados digitais Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE pelo período de 12 meses	3	40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	27251	02	un	R\$ 3.000,00
Valor Total do Serviço:							

Valor Total da Demanda	R\$ 3.000,00
------------------------	--------------

2.4 Alinhamento Estratégico

Objetivo do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do TRE-PE:	OBE 12 PEI - Aprimorar a estratégia de tecnologia da informação e comunicação e proteção de dados
Objetivo do Plano Setorial da Unidade Gestora:	OBE 07 PDTIC - Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados OBE 08 PDTIC - Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas

2.5 Informações Adicionais

Informações Adicionais	Sim	Não
A demanda será uma potencial compra compartilhada?		X
O objeto dessa demanda foi contratado nos últimos dois anos?	X	

3. Motivação da Demanda

Um dos requisitos necessários para manter segura a comunicação entre usuários e os serviços web é o uso de um certificado digital SSL aceito mundialmente. O uso de certificado SSL WILDCARD, também conhecido como certificado coringa, possibilita que se adicione segurança ao domínio (no caso do TRE-PE: tre-pe.jus.br e tre-pe.gov.br) e aos vários subdomínios de uma organização utilizando um único certificado. Com a disponibilização da página do TRE-PE, com os respectivos sistemas e serviços, na internet, é indispensável a utilização de certificado SSL Wildcard, a fim de garantir a segurança, a estabilidade e a funcionalidade dos sistemas e serviços disponibilizados. Além disso, o uso deste tipo de certificado possibilita conexões seguras, garantindo a confidencialidade e a integridade das informações disponibilizadas na internet pelo TRE-PE e acessadas pela sociedade. O SSL é um recurso que codifica informações por meio da criptografia e contribui para a proteção dos dados sigilosos trafegados no site — como os utilizados em transações com uso de cartão de crédito, logins, documentos e quaisquer outras informações pessoais.

Atualmente, utilizamos, em nossos servidores web, certificado SSL Wildcard gratuito. Entretanto, o certificado pago oferece mais garantias de segurança que o gratuito, pois passa por um processo de verificação documental da autenticidade da instituição solicitante, aumentando assim a percepção de confiança no serviço prestado. Além disso, os certificados gratuitos têm validade de 90 dias, precisando ser renovados sempre que sua validade expira. Se esta expirar e o certificado não for atualizado, o funcionamento dos sistemas disponíveis na página internet do Tribunal sofrerá impacto. Isto requer por parte de nossa equipe técnica um controle contínuo e um trabalho de atualização dos vários serviços disponibilizados a cada trimestre. Os certificados pagos têm uma validade maior que 90 dias, porém desde 1/9/2020, os certificados SSL / TLS não podem ser emitidos por mais de 13 meses (397 dias)*. Esta foi uma mudança ampla da indústria visando o aumento da segurança e que afetou todas as autoridades de certificação.

Pelos motivos expostos acima, estamos solicitando a contratação de tais serviços por 12 meses. Como se tratam de 2 domínios (tre-pe.jus.br e tre-pe.gov.br), a demanda prevista é 2 (dois) certificados SSL Wildcard pelo período de 12 meses.

* <https://docs.digicert.com/pt/certcentral/manage-certificates/end-of-2-year-dv--ov--and-ev-public-ssl-tls-certificates.html>

4. Resultados Pretendidos

- Garantir a autenticidade do portal do Tribunal Regional de Pernambuco que é exibido na internet (garantir que o usuário está acessando um site legítimo do TRE-PE);
- Elevar o grau de segurança no acesso ao domínio web e subdomínios do TRE-PE por meio da criptografia das informações trafegadas para que os usuários dos sistemas internet do TRE-PE possam acessar os serviços com maior confiabilidade, garantindo a confidencialidade e integridade das informações acessadas.

5. Datas de expectativa de entrega dos documentos e do objeto

DATAS PREVISTAS	Estudos Preliminares	Termo de Referência	Disponibilização do bem/serviço
	15/05/2024	14/06/2024	16/09/2024

6. Critérios de Priorização da Demanda

Critérios de Priorização	Sim	Não
Relaciona-se ao processo eleitoral?		X
Impacta na disponibilidade de serviços essenciais do Tribunal? ¹	X	
Possui valor estimado acima de R\$ 300.000,00?		X
Relaciona-se com obras ou reformas de engenharia?		X
Relaciona-se a serviços de segurança, limpeza ou acessibilidade? ²	X	
Impede o funcionamento das unidades administrativas?		X
Interfere na saúde e no bem-estar dos servidores?		X

1: Os serviços essenciais estão especificados na Portaria TRE-PE nº 291/2021.

2: Segurança, nesse caso, refere-se à segurança física ou da informação.

7. Indicação de Integrante Demandante

Nome do Servidor	Matrícula	Telefone	E-mail
Maria das Graças Oliveira Magalhães Henriques	308	3194-9414	graca.magalhaes@tre-pe.jus.br

8. Anexos

Não há.

9. Aprovação e Assinaturas

Obs.: Devem assinar este documento o integrante demandante, o titular (chefia imediata) e o gestor tático da unidade demandante.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA MAGALHÃES HENRIQUES, Chefe de Seção**, em 21/03/2024, às 15:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ FERREIRA DE LIMA JÚNIOR, Coordenador(a)**, em 22/03/2024, às 09:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2489515** e o código CRC **B92654FA**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

DOD - Documento de Oficialização da Demanda

Despesa prevista no PCA

1. Unidade Demandante

Seção de Atendimento ao Usuário - SEAU

1.1 Titular da Unidade Demandante

Nome do Servidor	Matrícula	Telefone	E-mail
FLÁVIO ROBERTO GOMES DA COSTA	309.16.263	3194-9932	flavio.costa@tre-pe.jus.br

2. Detalhamento da Demanda

2.1 Exercício do PCA

Exercício 2024

2.2 Descrição Sucinta da Demanda

Contratação de Certificado Digital para pessoa jurídica, do tipo A1 e-CNPJ, dentro das especificações e normas do ICP-Brasil, para instalação nos equipamentos servidores do eSocial, implantados no ambiente do TRE-PE.

2.3 Itens, Quantidades e Valores Previstos do PCA

Serviços						
Nº Item	Descrição do Item	Grupo de Natureza da Despesa (GND)	Elemento de Despesa	CATSER	Quantidade	Unidade de Medida

1	Certificados digitais do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso do sistema eSocial do Governo Federal e sistemas utilizados pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)	3	40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	27162	02	un
---	---	---	--	-------	----	----

Valor Total da Demanda Previsto no PCA	R\$ 4.880,00
---	--------------

2.4 Alinhamento Estratégico

Objetivo do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do TRE-PE:	OBE 12 - Aprimorar a estratégia de tecnologia da informação e comunicação e proteção de dados
Objetivo do Plano Setorial da Unidade Gestora:	OBE 07 PDTIC - Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados OBE 08 PDTIC - Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas
Sequencial no Plano de Contratações Anual, se houver:	21

3. Motivação da Demanda

Vários serviços da Administração Pública, em todas as esferas e poderes, estão aderindo à utilização de soluções de certificado digital, a fim de aprimorar questões de segurança no acesso às suas informações. É possível com os Certificados Digitais o aumento dos controles de segurança, com o uso de serviços como a autenticação em sistemas e assinatura de e-mails. Além disso, vem se ampliando, cada vez mais, a necessidade de integração entre sistemas diversos, como aqueles mantidos pela Secretaria da Receita Federal, a qual exige a constante transmissão de informações a partir de todos os entes públicos, exigindo o uso de certificados digitais.

Objetiva-se, assim, com a presente contratação, a obtenção de certificados digitais, amparando as demandas da Justiça Eleitoral em Pernambuco, notadamente quanto aos recursos tecnológicos necessários à utilização do e-Social, bem como demais sistemas que fazem uso de certificação digital, garantindo aos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco o acesso a esses sistemas.

Desta forma, registramos a necessidade de acesso a seguinte solução:

- Solução de Certificado Digital do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL, para uso nos testes, implantação e utilização do sistema eSocial do Governo Federal e sistemas utilizados pela SOF;

4. Resultados Pretendidos

- Adoção de maior segurança em transmissões de dados para outras Instituições Públicas;
- Funcionamento adequado do sistema eSocial no TRE-PE;

- c. Possibilidade de utilização dos diversos sistemas da Administração Pública, tais como sistemas utilizados pela SOF;
- d. Viabilização da economia de gastos anteriormente despendidos pelo TRE-PE - com papel, pessoal, transporte e espaço para armazenamento - quando da utilização de sistemas de tramitação convencional de feitos, que hoje se encontram substituídos por sistemas eletrônicos automatizados que demandam utilização de certificados digitais por parte dos usuários desses novos sistemas;
- e. Estabelecimento de padronização com todos os órgãos governamentais, já que os certificados seguem o padrão ICP Brasil, utilizado por várias instituições do Poder Judiciário e do Governo Federal, como um todo;
- f. Disponibilização de uma solução de segurança que possa garantir ao usuário que suas transações não serão violadas por atos de natureza exploratória ou criminosa, visando à diminuição do risco e ao aumento da eficiência do processo eletrônico.

5. Indicação de Integrante Demandante

Nome do Servidor	Matrícula	Telefone	E-mail
MARCELO RIBEIRO	JE4575	3194-9933	marcelo.ribeiro@tre-pe.jus.br

6. Anexos

Não há anexos a serem incluídos.

7. Aprovação e Assinaturas

Obs.: Devem assinar este documento o integrante demandante, o titular (chefia imediata) e o gestor tático da unidade demandante.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIO ROBERTO GOMES DA COSTA, Chefe de Seção**, em 01/03/2024, às 11:46, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO RIBEIRO, Analista Judiciário(a)**, em 01/03/2024, às 11:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VALÉRIA FARIAS DE MIRANDA, Coordenador(a)**, em 01/03/2024, às 13:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2472144** e o código CRC **0FF38B06**.



Estudos Técnicos Preliminares

Contratação de TIC

1. Análise de Viabilidade da Contratação

1.1. Descrição Sucinta do Objeto

Contratação de serviços de Certificação Digital, com suporte técnico para o cadastramento, validação e emissão, que inclua o fornecimento de:

- certificado tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso do sistema eSocial do Governo Federal e sistemas utilizados pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF);
- certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE.

1.2. Unidade Demandante

Nome da Unidade Demandante	Sigla da Unidade Demandante
Seção de Atendimento ao Usuário	SEAU

1.3. Referência ao DOD e ao Termo de Ciência da Equipe de Planejamento

Documento de Oficialização da Demanda *	PCA - DOD – Despesa Prevista no Plano 2472144 PCA - DOD - Inclusão de Despesa 2489515
Termo de Ciência da Equipe de Planejamento	Termo de Ciência - Equipe Planej. Contratação 2475104

* Este ETP abrange demandas originárias de duas unidades distintas, uma demanda já prevista no Plano de Contratações 2024 inicial e outra que foi identificada recentemente, ao longo do exercício. As duas demandas referem-se à contratação de certificados digitais. Por essa razão, constam dois DODs associados a um mesmo ETP.

1.4. Necessidades e Requisitos do Objeto

As presentes demandas têm como objetivo a continuidade da prestação dos serviços listados no tópico 1.1 deste documento.

Em relação ao primeiro item (Certificado A1), indicado no tópico 1.1, sua necessidade está ligada a requisitos de segurança para garantir a autenticidade dos sistemas informatizados do TRE-PE, junto a plataformas como o Sistema eSocial, acesso ao ambiente do eCAC da Receita Federal, bem como ao sistema Renajud, que interliga o Judiciário ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). O Certificado A1 provê uma solução de autenticação digital, sendo essa a tecnologia utilizada para garantir confidencialidade, integridade e não-repúdio da informação.

O segundo item demandado atende um dos requisitos necessários para manter segura a comunicação entre usuários e os serviços web: o uso de um certificado digital SSL aceito mundialmente. O uso do certificado SSL WILDCARD, também conhecido como certificado coringa, possibilita que se adicione segurança ao domínio e aos vários subdomínios de uma organização utilizando um único certificado. Com a disponibilização da página do TRE-PE, com os respectivos sistemas e serviços, na internet, é indispensável a utilização de certificado SSL Wildcard, a fim de garantir a segurança, a estabilidade e a funcionalidade dos sistemas e serviços disponibilizados. Além disso, o uso deste tipo de certificado possibilita conexões seguras, garantindo a confidencialidade e a integridade das informações disponibilizadas na internet pelo TRE-PE e acessadas pela sociedade. O SSL é um recurso que codifica informações por meio da criptografia e contribui para a proteção dos dados sigilosos trafegados no site — como os utilizados em transações com uso de cartão de crédito, logins, documentos e quaisquer outras informações pessoais.

A solução de Certificação Digital deve atender os seguintes requisitos, para estar em conformidade com a demanda do TRE-PE para os sistemas que utilizam essa tecnologia:

Requisitos tecnológicos e requisitos de negócio**1. Certificados digitais do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso do sistema eSocial do Governo Federal e sistemas utilizados pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)**

- Certificados Digitais padrão ICP-Brasil, do tipo **A1 e-CNPJ**, para atendimento à exigência de implantação e utilização do software gerencial eSocial no TRE-PE.
- Possibilidade de assinar documentos digitalmente, transmitir dados, realizar operações pela internet como Pessoa Jurídica e atender os compromissos fiscais com o eSocial do Governo Federal, garantindo a integridade e a segurança das informações.
- O processo de emissão do certificado deve ocorrer, preferencialmente, de forma remota.
- A Contratada deve dispor de postos de atendimento na região metropolitana do Recife, caso a emissão do certificado precise ser realizada de forma presencial.
- Possuir prazo de validade de 01 (um) ano, contado a partir da data de emissão.
- Possuir garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil.

2. Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE

- Criptografia RSA e 2048 bits, SHA-2 (SHA256).
- Conformidade Webtrust.
- Compatibilidade com todos os navegadores e dispositivos móveis que suportem o protocolo SSL e TLS.
- Compatível com todos os servidores e equipamentos que suportem o protocolo SSL e TLS.
- Selo de segurança Site Seguro dinâmico.
- Reemissão gratuita e ilimitada durante a validade do Certificado.
- Licença de uso do mesmo Certificado em ilimitados Servidores.
- SCR Decoder – decodificador de CSR.
- Tecnologia AutoCSR.
- Sistema de aceleração SSL para carregamento das páginas e um melhor desempenho do website.

- Suporte especializado e gerente de contas dedicado no Brasil.
- Validação rápida e descomplicada em Português.
- Com um único certificado proteger quantos subdomínios quiser, sob um domínio.
- Possuir prazo de validade de 01 (um) ano, contado a partir da data de emissão.

Requisitos legais

- Resolução nº 433, de 29 de novembro de 2022, que dispõe sobre o macroprocesso de contratações do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE);
- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça;
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Não se aplicará a essa contratação o Decreto nº 7174/2010, em razão das soluções existentes não serem de fabricação nacional.

Requisitos de Segurança da Informação

- A contratação do certificado tipo A1 precisa estar em conformidade com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (*Vide detalhamento no Tópico 1.10 abaixo*).
- Caso seja necessária a presença de representante ou colaborador da empresa nas dependências do TRE-PE para execução de serviços, estes devem ser previamente autorizados e portar crachá de identificação com nome, cargo e nome da empresa.

1.5. Benefícios Esperados

Item 1 - Certificado tipo A1 e-CNPJ:

- Adoção de maior segurança em transmissões de dados para outras Instituições Públicas;
- Funcionamento adequado do sistema eSocial e do PJe no TRE-PE;
- Manutenção do acesso a diversos sistemas da Administração Pública;
- Viabilização da economia de gastos anteriormente despendidos pelo TRE-PE - com papel, pessoal, transporte e espaço para armazenamento - quando da utilização de sistemas de tramitação convencional de feitos, que hoje se encontram substituídos por sistemas eletrônicos automatizados que demandam utilização de certificados digitais por parte dos usuários desses novos sistemas;
- Estabelecimento de padronização com os órgãos governamentais, já que os certificados seguem o padrão CERT-JUS e ICP Brasil, utilizado por várias instituições do Poder Judiciário e do Governo Federal, como um todo;
- Disponibilização de uma solução de segurança que possa garantir ao usuário que suas transações não serão violadas por atos de natureza exploratória ou criminosa, visando à diminuição do risco e ao aumento da eficiência do processo eletrônico.

Item 2 - Certificado Wildcard SSL:

- Garantir a autenticidade dos serviços WEB do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco disponibilizados na internet (garantir que o usuário está acessando um site legítimo do TRE-PE);
- Elevar o grau de segurança no acesso ao domínio web e subdomínios do TRE-PE por meio da criptografia das informações trafegadas para que os usuários dos sistemas internet do TRE-PE possam acessar os serviços com maior confiabilidade, garantindo a confidencialidade e integridade das informações acessadas.

1.6. Quantidade a ser Contratada e Justificativa

A seguir, apresentamos a análise detalhada da demanda e dos quantitativos efetivamente necessários à pretensa contratação.

1. Certificados digitais do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso do sistema eSocial do Governo Federal e sistemas utilizados pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF);

Em virtude da necessidade contínua de utilização do recurso para o Sistema eSocial, necessitaremos adquirir **02 unidades de certificado desse tipo**. Considerando que a utilização do sistema deve ser feita de forma contínua, por exigência do Governo Federal, sugerimos a contratação de dois certificados do mesmo tipo, a fim de garantir a sua disponibilidade e como mecanismo de redundância, a ser utilizado na infraestrutura de outro serviço, o sistema JE-Reinf, desenvolvido pelo TSE para facilitar a interface com o sistema EFD-Reinf Web, o qual integra o EFD-Reinf, conforme registrado no SEI nº 0007011-90.2022.6.17.8000.

2. Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE

Atualmente, são utilizados, nos servidores web do TRE-PE, certificado SSL Wildcard gratuito. Entretanto, o certificado pago oferece mais garantias de segurança que o gratuito, pois passa por um processo de verificação documental da autenticidade da instituição solicitante, aumentando assim a percepção de confiança no serviço prestado. Além disso, os certificados gratuitos têm validade de 90 dias, precisando ser renovados sempre que sua validade expira. Se esta expirar e o certificado não for atualizado, o funcionamento dos sistemas disponíveis na página internet do Tribunal sofrerá impacto. Isto requer por parte de nossa equipe técnica um controle contínuo e um trabalho de atualização dos vários serviços disponibilizados a cada trimestre. Os certificados pagos têm uma validade maior que 90 dias, porém desde 1/9/2020, os certificados SSL / TLS não podem ser emitidos por mais de 13 meses (397 dias)*. Esta foi uma mudança ampla da indústria visando o aumento da segurança e que afetou todas as autoridades de certificação.

Pelos motivos expostos acima, a EPC sugere duas emissões em momentos separados por alguns meses, com a contratação de dois certificados desse tipo, para que o período de "cobertura" do certificado atenda um período superior, totalizando uma demanda de **02 (dois) certificados SSL Wildcard**, cada um com período de 12 meses de validade.

* <https://docs.digicert.com/pt/certcentral/manage-certificates/end-of-2-year-dv--ov--and-ev-public-ssl-tls-certificates.html>

1.7. Correlação ou Interdependência com outra Contratação do Órgão

Não há correlação desta demanda com outra contratação do órgão.

1.8. Alinhamento Estratégico

Objetivo(s) Estratégico(s) do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do TRE-PE:	OBE 12 do PEI (Planejamento Estratégico Institucional), ciclo 2021-2026: Aprimorar a estratégia de tecnologia da informação e comunicação e proteção de dados
Objetivo(s) Estratégico(s) do Plano Diretor de TIC (PDTIC) do TRE-PE:	OBE 07 do PDTIC: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados OBE 08 do PDTIC: Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas
Sequencial no Plano de Contratações Anual:	021 e 227
Referência a outros Planos, se houver:	Não há

1.9. Soluções Existentes no Mercado

1.9.1. Soluções Encontradas

A única solução disponível para o caso é a contratação de serviços de certificados digitais dentro das especificações e normas do ICP-Brasil, tendo em vista a necessidade de compatibilidade com os sistemas utilizados no Serviço Público Municipal, Estadual e Federal, que exigem o uso dessa tecnologia de certificação para autenticação.

Id	Descrição das Soluções ou Cenários Possíveis
1	<Descrição da solução 1> Contratação de serviços de Certificação Digital, dentro das especificações e normas do ICP-Brasil, com suporte técnico para o cadastramento, validação e emissão, que inclua o fornecimento de: - Certificados digitais do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso do sistema eSocial do Governo Federal; - Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE.

No mercado, há vários fornecedores para os certificados digitais dos tipos requeridos.

1.9.2. Quadro Comparativo de Soluções

Requisito	Solução	Sim	Não	Observação
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1			Não aplicável, por não se tratar de software.
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1			Não aplicável, por não se tratar de software.
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1	X		ePing(Versão 2018 - item 2.1.9): <u>Sim</u>, pois contempla "O uso de criptografia e certificação digital, para a proteção do tráfego, armazenamento de dados, controle de acesso, assinatura digital e assinatura de código deve estar em conformidade com as regras da ICP-Brasil". eMag(Versão 3.1 - Abril 2014 - item 1. Introdução): <u>Não aplicável</u>, por não se tratar de solução de "desenvolvimento e a adaptação de conteúdos digitais" ePWG(30/08/2022 - página web): <u>Não aplicável</u>, por não se tratar de produção de "sítios e portais desenvolvidos e mantidos pela administração pública"
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1	X		<u>Sim</u> . A própria solução a ser contratada é de natureza de certificação digital.
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 1	X		Não aplicável, devido ao objetivo da solução não abranger documentos arquivísticos.

1.10. Descrição e Justificativa da Solução Escolhida

A solução escolhida, que se apresenta como única capaz de atender a necessidade do TRE-PE, compreende a contratação de serviços de certificação digital - tipos A1 e-CNPJ (que estejam em conformidade com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP Brasil) e SSL WildCard.

A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil é uma cadeia hierárquica de confiança que viabiliza a emissão de certificados digitais para identificação virtual do cidadão. Observa-se que o modelo adotado pelo Brasil foi o de certificação com raiz única, sendo que o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, além de desempenhar o papel de Autoridade Certificadora Raiz – AC-Raiz, também tem o papel de credenciar e descredenciar os demais participantes da cadeia, supervisionar e fazer auditoria dos processos.

Em sua página na internet (<https://www.gov.br/iti/pt-br>) o ITI tanto informa os Entes da ICP-Brasil, a Lista de Autoridades Certificadoras - AC's da ICP-Brasil, bem como a Lista de Prestadores de Serviço de Confiança - PSC. Os PSC's da ICP-Brasil são entidades credenciadas, auditadas e fiscalizadas pelo ITI que proveem serviços de armazenamento de chaves privadas para usuários finais.

1.11. Adequações Necessárias

Recursos Humanos, incluindo necessidades de capacitação	Não haverá necessidade de capacitação específica para os servidores, uma vez que os indicados para comporem as equipes de gestão e fiscalização se envolvem com a contratação vigente, já possuindo conhecimento sobre o objeto contratado.
Infraestrutura Tecnológica	Apenas quando se tratar de sessão técnica para validação e emissão do certificado, realizada por meio de videoconferência, o servidor envolvido deverá ter o hardware e software de sua estação de trabalho, ou de outra colocada à sua disposição, configurados ou atualizados, em sua versão, para permitir a realização da sessão.
Infraestrutura Elétrica	Não há necessidade de ajustes ou adequações.
Espaço Físico	Não há necessidade de ajustes ou adequações.
Mobiliário	Não há necessidade de ajustes ou adequações.
Outros	Não há necessidade de ajustes ou adequações.

1.12. Classificação dos Itens da Solução

Nº Item	Descrição do Item	Grupo de Natureza da Despesa (GND)	Elemento de Despesa	CATSER / CATMAT*
---------	-------------------	------------------------------------	---------------------	------------------

01	Certificado digital do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para o sistema eSocial do Governo Federal	3 (Custeio)	3390.40.23 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ / Emissão de Certificados Digitais	CATSER nº 27162
02	Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE	3 (Custeio)	3390.40.23 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ / Emissão de Certificados Digitais	CATSER nº 27170

Obs.: Havendo divergência entre o CATMAT ou CATSER indicados e a especificação do Edital, deve prevalecer a especificação do Edital.

1.13. Pesquisa de Preços de Mercado

1.13.1. Servidor Responsável pela Pesquisa de Preços

Nome do Servidor	Lotação do Servidor
Marcelo Ribeiro	SEAU

1.13.2. Extrato das Pesquisas Realizadas

Listamos abaixo as pesquisas de preço realizadas, conforme os parâmetros definidos pelas instruções normativas do Ministério da Economia sobre pesquisa de preços (art. 5º da IN 65/2021), bem como as orientações constantes no manual do STJ e no manual de Contratações do TRE-PE. Os relatórios e documentos acessados estão indicados ao longo das tabelas abaixo, de acordo com o item pesquisado. Nos resultados apresentados, relacionamos as empresas contratadas. Nos casos onde mais de um resultado foi obtido para a mesma empresa, a informação **Data do documento** é apresentada mais de uma vez.

1.13.2.1 - Item 01 - Certificados digitais do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso do sistema eSocial do Governo Federal

Empresa	Fonte*	É ME/EPP?	UF	Trabalha com Adm. Pública?	Data do documento**	Referência no Proc. SEI
KEVEN PAUL REIS CNPJ/CPF: 40.382.625/0001-80 Resultado 01	Painel de Preços	Sim	DF	Sim	28/02/2024	Pesquisa de Preços CATSER 27162 (2568218)
DELTA CERTIFICADORA DIGITAL LTDA CPNJ/CPF: 33.638.059/0001-69 Resultado 02	Painel de Preços	Sim	SP	Sim	04/04/2024	Pesquisa de Preços CATSER 27162 (2568218)
DOCS CONSULTORIA ESPECIALIZADA LTDA CPNJ/CPF: 50.506.800/0001-57 Resultado 03, 04, 05, 07 e 09	Painel de Preços	Sim	MG	Sim	28/11/2023 10/01/2024 02/04/2024 23/02/2024 09/02/2024	Pesquisa de Preços CATSER 27162 (2568218)
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA CPNJ/CPF: 21.308.480/0001-22 Resultado 06 e 10	Painel de Preços	Sim	SP	Sim	10/11/2023 15/12/2023	Pesquisa de Preços CATSER 27162 (2568218)
X.DIGITAL BRASIL SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA CPNJ/CPF: 38.597.881/0001-42 Resultado 08 e 12	Painel de Preços	Sim	SC	Sim	08/01/2024 26/01/2024	Pesquisa de Preços CATSER 27162 (2568218)
B W SISTEMAS DE AUTOMACAO COMERCIAL & CERTIFICADO DIGITAL LTDA CPNJ/CPF: 19.372.361/0001-97 Resultado 11	Painel de Preços	Sim	DF	Sim	30/01/2024	Pesquisa de Preços CATSER 27162 (2568218)
ACERTCAM CERTIFICADORA DIGITAL LTDA CPNJ/CPF: 20.971.871/0001-60 Resultado 13	Painel de Preços	Não	DF	Sim	23/11/2023	Pesquisa de Preços CATSER 27162 (2568218)

SOLUTI - SOLUCOES EM NEGOCIOS INTELIGENTES S/A CNPJ/CPF: 09.461.647/0001-95 Resultado 14	Painel de Preços	Não	GO	Sim	09/11/2023	Pesquisa de Preços CATSER 27162 (2568218)
CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A CNPJ/CPF: 01.554.285/0001-75 Resultado 15	Painel de Preços	Não	SP	Sim	19/02/2024	Pesquisa de Preços CATSER 27162 (2568218)

1.13.2.2 - Item 2 - Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE

Empresa	Fonte*	É ME/EPP?	UF	Trabalha com Adm. Pública?	Data do documento**	Referência no Proc. SEI
BRHOST SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ/CPF: 35.614.414/0001-95 Resultado 01	Painel de Preços	Sim	BA	Sim	10/01/2024	Pesquisa de Preços CATSER 27170 (2568230)
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA CNPJ/CPF: 21.308.480/0001-22 Resultado 02, 09	Painel de Preços	Sim	SP	Sim	11/12/2023 20/12/2023	Pesquisa de Preços CATSER 27170 (2568230)
X.DIGITAL BRASIL SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA CNPJ/CPF: 38.597.881/0001-42 Resultado 03, 04, 06, 07, 10, 11, 12	Painel de Preços	Sim	SC	Sim	21/11/2023 23/02/2024 10/01/2024 26/01/2024 23/02/2024 25/03/2024 12/12/2023	Pesquisa de Preços CATSER 27170 (2568230)
ACTIVEWEB TECHNOLOGIES INFORMATICA LTDA CNPJ/CPF: 04.724.924/0001-91 Resultado 05	Painel de Preços	Sim	PR	Sim	18/03/2024	Pesquisa de Preços CATSER 27170 (2568230)
SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) CNPJ/CPF: 33.683.111/0002-80 Resultado 08	Painel de Preços	Não	PR	Sim	18/03/2024	Pesquisa de Preços CATSER 27170 (2568230)

1.13.3. Análise das Pesquisas Realizadas

1.13.3.1 -Item 01 - Certificados digitais do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso do sistema eSocial do Governo Federal

Para a pesquisa, foi utilizado o portal Painel de Preços (<https://paineldepregos.planejamento.gov.br/>) do Ministério da Economia

Um aspecto relevante nessa pesquisa foi que, considerando a última contratação realizada, e o baixo valor envolvido, foram utilizadas as contratação feitas por Dispensa de Licitação como critério de busca nos resultados. A última contratação desse objeto foi realizada em 2023, por Dispensa Eletrônica, em razão do valor.

1.13.3.1.1 - Pesquisa Painel de Preços Item 01

DESCRIÇÃO: Certificados digitais do tipo A1 e-CNPJ ICP-BRASIL											
LOCAL: https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/analise-servicos											
CATSER: 27162											
ESFERA: FEDERAL											
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO											
PERÍODO: ÚLTIMOS 180 DIAS											
RESULTADO	ANÁLISE	ÓRGÃO	SIGLA	ID. Compra	ITEM	OBS	VALOR	DATA	FORNECEDOR	CNPJ	PORTE
1	OK	CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO – PE	CREA-PE	90004/2024	02	Aquisição de certificado digital para Pessoa Física e Pessoa Jurídica	R\$ 43,00	28/02/2024	KEVEN PAUL REIS	40.382.625/0001-80	ME
2	OK	MEC-UFRRJ-UNIVERSID.FED.DO RIO DE JANEIRO/RJ	MEC-UFRRJ	90001/2024	01	Contratação de certificado digital para pessoa jurídica (e-CNPJ) do tipo A1 padrão ICP-Brasil	R\$ 50,00	04/04/2024	DELTA CERTIFICADORA LTDA	33.638.059/0001-69	ME
3	OK	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA – RR	CRF-RR	90023/2023	03	Aquisição de certificado digital E-CPF e E-CNPJ para o CRF-RR	R\$ 55,00	28/11/2023	DOCS CONSULTORIA ESP	50.506.800/0001-57	ME
4	OK	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO	TRT18	00039/2023	02	Serviços de emissão de certificados digitais com suporte para a instalação e eventuais problemas dela decorrentes, bem como os procedimentos necessários de validação (remota/presencial) para o preenchimento dos requisitos para a emissão do certificado dos itens 1 e 2 (ICP-BRASIL), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	R\$ 55,00	10/01/2024	DOCS CONSULTORIA ESP	50.506.800/0001-57	ME
5	OK	JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA – BA	JF-BA	90012/2024	01	Contratação de empresa especializada para emissão de um certificado Digital para pessoa jurídica, do tipo A1 (e-CNPJ), compatível com a ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira), em nome da Seção Judiciária da Bahia, com validade de 12 meses	R\$ 75,00	02/04/2024	DOCS CONSULTORIA ESP	50.506.800/0001-57	ME
6	NÃO	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO	TRE-PE	00040/2023	01	Contratação de serviços de Certificação Digital para Pessoa Jurídica, conforme especificações e normas do ICP-Brasil, com suporte técnico para o cadastramento, validação e emissão.	R\$ 75,40	10/11/2023	AR RP CERTIFICACAO DIG	21.308.480/0001-22	EPP
7	OK	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	CFC	90000/2024	01	Aquisição de certificados digitais ICP-Brasil do tipo A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ), tipo A1 wildcard e tipo SSL A1 e-CNPJ para equipamento servidor, sem token, a fim de atender às necessidades do Conselho Federal de Contabilidade.	R\$ 79,00	23/02/2024	DOCS CONSULTORIA ESP	50.506.800/0001-57	ME
8	OK	FUNDAÇÃO DE PREV. COMPLEMENTAR – FUNPRESP	FUNPRESP	00007/2023	01	Aquisição de 01 (um) Certificado Digital e-CNPJ A1, com validade de 12 meses, emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).	R\$ 90,00	08/01/2024	X.DIGITAL BRASIL SEGU	38.597.881/0001-42	ME
9	OK	CONSELHO REGIONAL DE TÉC. EM RADIOLOGIA 1ª-DF	CRTR-DF	90001/2024	02	Dispensa de licitação para contratação de serviço de emissão de certificado digital em favor do 18 BMTZ localizado em Sapucaia do Sul - RS.	R\$ 91,00	09/02/2024	DOCS CONSULTORIA ESP	50.506.800/0001-57	ME
10	OK	CONSELHO REG.DE FÍS. E TERAPIA OCUPACIONAL-MT	OREFITO-MT	00023/2023	02	Contratação de serviços de certificação digital, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e anexos.	R\$ 131,00	15/12/2023	AR RP CERTIFICACAO DIG	21.308.480/0001-22	EPP
11	OK	18 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/RS	18BIM-RS	90003/2024	01	Dispensa de licitação para contratação de serviço de emissão de certificado digital em favor do 18 BMTZ localizado em Sapucaia do Sul - RS.	R\$ 132,20	30/01/2024	B W SISTEMAS DE AUTOM	19.372.361/0001-97	ME
12	OK	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE	TRE-SE	90002/2024	02	01 unidade de Certificado digital do tipo e-CNPJ, classe A1, padrão ICP-Brasil, com visita técnica para validação e emissão	R\$ 134,00	26/01/2024	X.DIGITAL BRASIL SEGU	38.597.881/0001-42	ME
13	OK	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FUB	FUB	10008/2023	01	Emissão de Certificado Digital A1 para Pessoa Jurídica	R\$ 174,00	23/11/2023	ACERTCAM CERTIFICACAO	20.971.871/0001-60	Demais
14	OK	PORTOSRIO AUTORIDADE PORTUARIA	PORTOSRIO	00016/2023	03	Prestação dos serviços, sob demanda, de emissão e validação de certificação digital para pessoas físicas (e-CNPJ) e jurídicas (e-CNPJ), na hierarquia da ICP-Brasil, de modo a atender as necessidades da Autoridade Portuária	R\$ 190,00	09/11/2023	SOLUTI - SOLUCOES EM	09.461.647/0001-95	Outros
15	OK	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL/FMCE	FMCE	90013/2024	01	Serviço de renovação de certificado digital	R\$ 234,90	19/02/2024	CERTISSIGN CERTIFICACAO	01.554.285/0001-75	Outros

1.13.3.2 - Item 2 - Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE

Para a pesquisa, foi utilizado o portal Paine de Preços (https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/) do Ministério da Economia.

Um aspecto relevante nessa pesquisa foi que, considerando o baixo valor envolvido na contratação proposta, apenas foram utilizadas as contratações feitas por Dispensa de Licitação como critério de busca nos resultados.

Após análise das compras relacionadas, não foram excluídas da análise nenhum resultado a fim de apresentar um panorama mais abrangente.

1.13.3.2.1 - Pesquisa Paine de Preços Item 02

DESCRIÇÃO: Certificado SSL OV WildCard											
LOCAL: https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/analise-servicos											
CATSER: 27170											
ESFERA: FEDERAL											
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO											
PERÍODO: ÚLTIMOS 180 DIAS											
RESULTADO	ANÁLISE	ÓRGÃO	SIGLA	ID. Compra	ITEM	OBS	VALOR	DATA	FORNECEDOR	CNPJ	PORTE
1	OK	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO	TRT18	00039/2023	03	Serviços de emissão de certificados digitais com suporte para a instalação e eventuais problemas dela decorrentes, bem como os procedimentos necessários de validação (remota/presencial) para o preenchimento dos requisitos para a emissão do certificado dos itens 1 e 2 (ICP-BRASIL), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	R\$ 375,00		BRHOST SERVICOS DIGIT	35.614.414/0001-95	ME
2		SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS CORPORATIVOS	SAC-MF	00014/2023	01	Emissão de certificado digital A1 para equipamento servidor	R\$ 403,50		AR RP CERTIFICACAO DIG	21.308.480/0001-22	PE
3		SUBSECRET. DE PLANEJ., ORÇ. E ADMINISTRAÇÃO	SPOA-MMA/MC	00007/2023	01	Contratação de empresa especializada no serviço de emissão de certificados digitais do tipo A1 SSL OV Wildcard para proteção de domínio e de seus subdomínios, conforme condições e exigências do Termo de Referência 23/2023 e seus anexos.	R\$ 610,00		X.DIGITAL BRASIL SEGU	38.597.881/0001-42	ME
4		CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	CFC	90000/2024	02	Aquisição de certificados digitais ICP-Brasil do tipo A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ), tipo A1 wildcard e tipo SSL A1 e-CNPJ para equipamento servidor, sem token, a fim de atender às necessidades do Conselho Federal de Contabilidade.	R\$ 652,00		X.DIGITAL BRASIL SEGU	50.506.800/0001-57	ME
5		EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA	EPE	90009/2024	01	Aquisição de certificado SSL Wildcard para servidores EPE	R\$ 655,50		ACTIVEWEB TECHNOLOG	04.724.924/0001-91	ME
6		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO	TRT18	00039/2023	01	Serviços de emissão de certificados digitais com suporte para a instalação e eventuais problemas dela decorrentes, bem como os procedimentos necessários de validação (remota/presencial) para o preenchimento dos requisitos para a emissão do certificado dos itens 1 e 2 (ICP-BRASIL), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	R\$ 913,23		X.DIGITAL BRASIL SEGU	38.597.881/0001-42	ME
7		INST.NAC.DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA	INMETRO	90002/2024	01	Aquisição de Certificado Digital do tipo A1 para equipamento servidor (SSL/TLS) da Hierarquia de Infraestrutura de Chaves Públicas do Brasil (ICP - Brasil), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos	R\$ 924,00		X.DIGITAL BRASIL SEGU	38.597.881/0001-42	ME
8		AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	ANP-RJ	00137/2023	01	Certificado Digital e-Equipamento A1 Institucional, ICP-Brasil, emitido pela autoridade certificadora Serpro, com validade de 01 (um) ano.	R\$ 1.181,30		SERVICO FEDERAL DE PR	33.683.111/0002-80	OUTROS
9		AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	ANATEL	00016/2023	01	Contratação de serviços de emissão de até 20 (vinte) certificados digitais para Servidor Web, TIPO A1, com validade mínima de 12 (doze) meses, em padrão estabelecido pela ICP-Brasil, sem garantia de quantidade mínima de certificados solicitados, e serviços de emissão de certificados digitais de forma remota.	R\$ 1.357,90		AR RP CERTIFICACAO DIG	21.308.480/0001-22	PE
10		CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	CFC	90000/2024	03	Aquisição de certificados digitais ICP-Brasil do tipo A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ), tipo A1 wildcard e tipo SSL A1 e-CNPJ para equipamento servidor, sem token, a fim de atender às necessidades do Conselho Federal de Contabilidade.	R\$ 1.374,00		X.DIGITAL BRASIL SEGU	38.597.881/0001-42	ME
11		COORD.GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	CGRL-MME	90001/2024	01	O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de fornecimento de 01 (uma) unidade de Certificado Digital SSL do, conforme condições, quantidades e exigências Tipo Wildcard OV Padão Internacional estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.	R\$ 2.100,00		X.DIGITAL BRASIL SEGU	38.597.881/0001-42	ME
12		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11A.REGIAO	TRT11	00089/2023	01	Contratação de Certificado SSL A1 Wildcard	R\$ 4.124,00		X.DIGITAL BRASIL SEGU	38.597.881/0001-42	ME

Ressalta-se, ainda, que foi verificado, pela equipe de planejamento, se havia a solução de certificados digitais entre as soluções de TIC disponíveis no Catálogo de Soluções de TIC do Governo Federal (relação de soluções de TIC ofertadas pelo mercado que possuem condições padrões definidas pelo Órgão Central do SISF). Não foi encontrada essa solução.

1.13.4. Cálculo do Preço Estimado

1.13.4.1. Detalhamento do Cálculo do Preço

Para fins de estimativa do valor a ser orçado para a contratação dos serviços relacionados a Certificados Digitais, foram realizadas algumas avaliações prévias dos valores obtidos, considerando as informações constantes no Manual de Contratações do TRE-PE, no Manual de Orientações sobre Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça e na Instrução Normativa SEGES/ME 65/2021. A partir dos valores obtidos, foram preenchidas as tabelas abaixo apresentadas, conforme detalhado a seguir.

Para cada preço obtido, tomando como referência os valores dos demais preços para cada órgão, a análise iniciou-se eliminando primeiro os PREÇOS EXCESSIVOS (superiores a 125%), e, em seguida, refazendo os cálculos da média e do percentual. Continuando a análise, foram excluídos todos aqueles preços cujos resultados se apresentaram com valor inferior a 75% da média dos demais preços (INEXEQUIVISTOS).

Após essa etapa, foram calculados os valores para a média e para a mediana dos valores, conforme apresentado nas tabelas abaixo indicadas. Como preconiza o referido manual do STJ, foram feitas as escolhas dos valores de acordo com o coeficiente de variação calculado em cada análise, adotando-se a mediana como preço de referência para valores superiores a 25%.

Identificação de Preços Excessivos					
Preços			Média dos demais preços	Percentual em relação aos demais	Avaliação
Res.	Órgão	Valor			
01	CREA-PE	R\$ 43,00	R\$ 111,89	38,43%	POSSÍVEL
02	MEC-UFRJ	R\$ 50,00	R\$ 111,39	44,89%	POSSÍVEL
03	CRF-PR	R\$ 55,00	R\$ 111,04	49,53%	POSSÍVEL
04	TRT18	R\$ 55,00	R\$ 111,04	49,53%	POSSÍVEL
05	JF-BA	R\$ 75,00	R\$ 109,61	68,43%	POSSÍVEL
06	TRE-PE	R\$ 75,40	R\$ 109,58	68,81%	POSSÍVEL
07	CFC	R\$ 79,00	R\$ 109,32	72,26%	POSSÍVEL
08	FUNPRESP	R\$ 90,00	R\$ 108,54	82,92%	POSSÍVEL
09	CRTR-DF	R\$ 91,00	R\$ 108,46	83,90%	POSSÍVEL
10	CREFITO-MT	R\$ 131,00	R\$ 105,61	124,04%	POSSÍVEL
11	18BIM-RS	R\$ 132,20	R\$ 105,52	125,28%	PREÇO EXCESSIVO
12	TRE-SE	R\$ 134,00	R\$ 105,39	127,14%	PREÇO EXCESSIVO
13	FUB	R\$ 174,00	R\$ 102,54	169,70%	PREÇO EXCESSIVO
14	PORTOSRIO	R\$ 190,00	R\$ 101,39	187,39%	PREÇO EXCESSIVO
15	FMCE	R\$ 234,90	R\$ 98,19	239,24%	PREÇO EXCESSIVO

Identificação de Preços Inexequíveis					
Preços			Média dos demais preços	Percentual em relação aos demais	Avaliação
Res.	Órgão	Valor			
01	CREA-PE	R\$ 43,00	R\$ 77,93	55,18%	INEXEQUÍVEL
02	MEC-UFRJ	R\$ 50,00	R\$ 77,16	64,80%	INEXEQUÍVEL
03	CRF-PR	R\$ 55,00	R\$ 76,60	71,80%	INEXEQUÍVEL
04	TRT18	R\$ 55,00	R\$ 76,60	71,80%	INEXEQUÍVEL
05	JF-BA	R\$ 75,00	R\$ 74,38	100,84%	EXEQUÍVEL
06	TRE-PE	R\$ 75,40	R\$ 74,33	101,43%	EXEQUÍVEL
07	CFC	R\$ 79,00	R\$ 73,93	106,85%	EXEQUÍVEL
08	FUNPRESP	R\$ 90,00	R\$ 72,71	123,78%	EXEQUÍVEL
09	CRTR-DF	R\$ 91,00	R\$ 72,60	125,34%	EXEQUÍVEL
10	CREFITO-MT	R\$ 131,00	R\$ 68,16	192,21%	EXEQUÍVEL

Escolha de Preços entre Média e Mediana						
Preços		Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	Média	Mediana	Método a ser utilizado
Órgão	Valor					
JF-BA	R\$ 75,00	R\$ 21,17	23,46%	R\$ 90,23	R\$ 84,50	MÉDIA
TRE-PE	R\$ 75,40					
CFC	R\$ 79,00					
FUNPRESP	R\$ 90,00					
CRTR-DF	R\$ 91,00					
CREFITO-MT	R\$ 131,00					

1.13.4.1.2 - Item 2 - Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE

Identificação de Preços Excessivos					
Preços			Média dos demais preços	Percentual em relação aos demais	Avaliação
Res.	Órgão	Valor			
01	TRT18	R\$ 375,00	R\$ 1.299,58	28,86%	POSSÍVEL
02	SAC-MF	R\$ 403,50	R\$ 1.296,99	31,11%	POSSÍVEL
03	SPOA-MMAMC	R\$ 610,00	R\$ 1.278,22	47,72%	POSSÍVEL
04	CFC	R\$ 652,00	R\$ 1.274,40	51,16%	POSSÍVEL
05	EPE	R\$ 655,50	R\$ 1.274,08	51,45%	POSSÍVEL
06	TRT18	R\$ 913,23	R\$ 1.250,65	73,02%	POSSÍVEL
07	INMETRO	R\$ 924,00	R\$ 1.249,68	73,94%	POSSÍVEL
08	ANP-RJ	R\$ 1.181,30	R\$ 1.226,28	96,33%	POSSÍVEL
09	ANATEL	R\$ 1.357,90	R\$ 1.210,23	112,20%	POSSÍVEL
10	CFC	R\$ 1.374,00	R\$ 1.208,77	113,67%	POSSÍVEL
11	CGRL-MME	R\$ 2.100,00	R\$ 1.142,77	183,76%	PREÇO EXCESSIVO
12	TRT11	R\$ 4.124,00	R\$ 958,77	430,14%	PREÇO EXCESSIVO

Identificação de Preços Inexequíveis					
Preços			Média dos demais preços	Percentual em relação aos demais	Avaliação
Res.	Órgão	Valor			
01	TRT18	R\$ 375,00	R\$ 896,83	41,81%	INEXEQUÍVEL
02	SAC-MF	R\$ 403,50	R\$ 893,66	45,15%	INEXEQUÍVEL
03	SPOA-MMAMC	R\$ 610,00	R\$ 870,71	70,06%	INEXEQUÍVEL
04	CFC	R\$ 652,00	R\$ 866,05	75,28%	EXEQUÍVEL
05	EPE	R\$ 655,50	R\$ 865,66	75,72%	EXEQUÍVEL
06	TRT18	R\$ 913,23	R\$ 837,02	109,10%	EXEQUÍVEL
07	INMETRO	R\$ 924,00	R\$ 835,83	110,55%	EXEQUÍVEL
08	ANP-RJ	R\$ 1.181,30	R\$ 807,24	146,34%	EXEQUÍVEL
09	ANATEL	R\$ 1.357,90	R\$ 787,61	172,41%	EXEQUÍVEL
10	CFC	R\$ 1.374,00	R\$ 785,83	174,85%	EXEQUÍVEL

Escolha de Preços entre Média e Mediana						
Preços		Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	Média	Mediana	Método a ser utilizado
Órgão	Valor					
CFC	R\$ 652,00	R\$ 303,71	30,12%	R\$ 1.008,28	R\$ 924,00	MEDIANA
EPE	R\$ 655,50					
TRT18	R\$ 913,23					
INMETRO	R\$ 924,00					
ANP-RJ	R\$ 1.181,30					
ANATEL	R\$ 1.357,90					
CFC	R\$ 1.374,00					

1.13.4.2. Valor Estimado Obtido

Nº e Descrição do Item	Valor Unitário Estimado	Quantidade	Valor Total Estimado
01 - Certificado digital do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para o sistema eSocial do Governo Federal	R\$ 90,23	02	R\$ 180,46
02 - Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE	R\$ 924,00	02	R\$ 1.848,00
Valor Total Estimado da Contratação	R\$ 2.028,46		

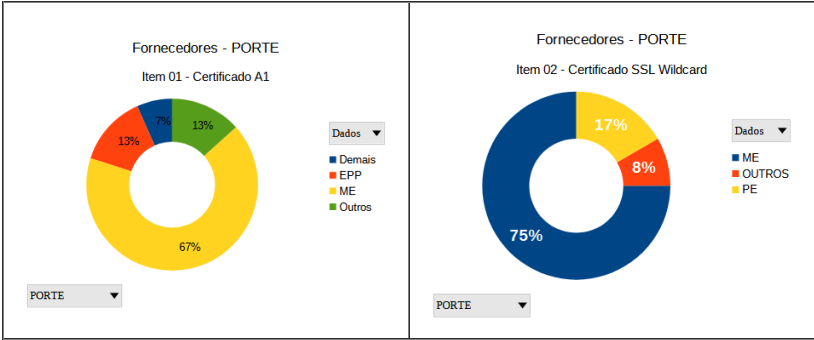
1.13.4.3. Metodologia Utilizada para Definição do Preço Estimado e Justificativa

Com base no Manual de Contratações do TRE-PE, no Manual de Orientação à Pesquisa de Preços do STJ e na Instrução Normativa SEGES/ME 65/2021, foi utilizada, para a definição do preço estimado, após a exclusão dos preços excessivos e inexequíveis, a **média (para o item 01) e a mediana (para o item 02)** dos preços obtidos. Essa metodologia foi selecionada como critério de definição do preço estimado, uma vez que a medida de dispersão "coeficiente de variação" obtida mostrou-se inferior a 25% no primeiro item, e superior, para o segundo, conforme demonstrado no tópico 1.13.4.1 deste documento.

1.14. Aplicabilidade do Objeto para ME e EPP

Considerando o baixo valor estimado para a pretensa contratação, apresenta-se possível, inicialmente, a aplicabilidade da exclusividade do certame para empresas do tipo ME e EPP.

Na pesquisa de preços inicial, realizada por meio do Painel de Preços, obtivemos diversos resultados decorrentes de contratações similares, dentre os quais, vários fornecedores se enquadram como ME e EPP mostrando que já existe uma participação maior desse segmento no mercado em licitações públicas (gráficos abaixo). No entanto, nenhum deles é sediado em Recife ou Pernambuco, conforme demonstrado no tópico 1.13.2. Extrato das Pesquisas Realizadas deste documento.



Estendemos, então, a pesquisa de preços para a fonte de **pesquisa direta com fornecedores**, cujas evidências de resultados obtidos nas cotações encontram-se no documento Análise das Cotações - ME - EPP (2568244), os quais são apresentados abaixo:

1.14. 1 – Item 01 – Certificados digitais do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso no sistema eSocial do Governo Federal

DESCRIÇÃO: certificado A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso do eSocial do Governo Federal e sistemas utilizados pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) – 1 ano
LOCAL: Pesquisa Livre – Internet – E-COMMERCE
ANO: 2024
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO
PERÍODO: CORRENTE

RESULTADO	ANÁLISE	EMPRESA	CNPJ	CONTATO	OBS	VALOR
1	cotação	EXPRESS CERTIFICACAO DIGITAL LTDA	28.860.267/0001-78	atendimento@solutirecife.com.br	RECIFE-PE	R\$ 1
2	cotação	CHAVES SERVICOS DE CERTIFICACAO E COMUNICACOES LTDA	26.825.785/0001-25	chaves@chavescertificadodigital.com.br	CAMPINA GRANDE-PB	R\$ 1
3	cotação	GOLDCERT CERTIFICADO DIGITAL LTDA	23.583.689/0001-20	contato@goldcert.com.br	RECIFE-PE	R\$ 1
4	cotação	CERTIPE SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	22.677.427/0001-61	contato@certipe.com.br	RECIFE-PE	R\$ 2
5	cotação	CERTHINKING CERTIFICACOES DIGITAIS LTDA	36.150.911/0001-42	comercial@certhink.com.br	RECIFE-PE	R\$ 2
6	cotação	AR I9 CERTIFICACAO DIGITAL SERVICOS LTDA ME	29.056.741/0001-76	marcio@i9recife.com.br	JOÃO PESSOA-PB	R\$ 2
7	cotação	NEW CERTIFICADO DIGITAL	04.870.743/0001-73	conpratic@outlook.com	RECIFE-PE	R\$ 2
8	cotação	POUPAY CERTIFICADOS DIGITAIS LTDA	47.317.285/0001-52	poupaycertificados@gmail.com	RECIFE-PE	R\$ 1

Escolha de Preços entre Média e Mediana						
Preços		Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	Média	Mediana	Método a ser utilizado
Empresa	Valor					
1	R\$ 169,90	R\$ 33,58	17,10%	R\$ 196,36	R\$ 197,50	MÉDIA
2	R\$ 180,00					
3	R\$ 185,00					
4	R\$ 235,00					
5	R\$ 210,00					
6	R\$ 220,00					
7	R\$ 232,00					
8	R\$ 139,00					

1.14. 2 - Item 02 - Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE

DESCRIÇÃO: certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE – 1 ano
LOCAL: Pesquisa Livre – Internet – E-COMMERCE
ANO: 2024
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO
PERÍODO: CORRENTE

RESULTADO	ANÁLISE	EMPRESA	CNPJ	CONTATO	OBS	VALOR
1	cotação	GOLDCERT CERTIFICADO DIGITAL LTDA	23.583.689/0001-20	contato@goldcert.com.br	RECIFE-PE	R\$ 2.7
2	cotação	CERTIPE SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	22.677.427/0001-61	contato@certipe.com.br	RECIFE-PE	R\$ 1.5
9	cotação	SERVHOST INTERNET LTDA	06.985.306/0001-20	https://site.servhost.com.br/contato	RECIFE-PE	R\$ 1.3

Escolha de Preços entre Média e Mediana						
Preços		Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	Média	Mediana	Método a ser utilizado
Empresa	Valor					
2	R\$ 1.500,00	R\$ 106,07	7,44%	R\$ 1.425,00	R\$ 1.425,00	MÉDIA
8	R\$ 1.350,00					

Obs: Quando da expansão da pesquisa para ME/EPP locais ou regionais, identificamos que este item especificamente apresenta dificuldade de localização em termos de ser oferecido por essas empresas, por isso, excluído o fornecedor que se apresentou com preço excessivo, apenas dois fornecedores foram considerados para a escolha de preços. Continuaremos a buscar outras opções para o item, que, se encontradas, serão acrescentadas no Termo de Referência a ser elaborado para esta contratação.

1.14. 3 – Considerações sobre a aplicabilidade do objeto para MEs e EPPs

Como resultado da pesquisa estendida à cotação com fornecedores locais ou regionais, verificamos que, embora identificadas e aqui listadas empresas enquadradas no perfil de ME e EPP, os preços obtidos demonstraram a falta de vantajosidade para a Administração Pública em realizar o certame exclusivamente para empresas desse porte, haja vista que as médias de preços obtidas na pesquisa estendida revelaram-se substancialmente superiores às médias observadas na pesquisa original, como se pode observar nas tabelas abaixo:

Análise de Vantajosidade de Exclusividade ME/EPP Item 1			
Preços Escolhidos		Diferença	Vantajoso
Pesquisa Original	Pesquisa Estendida		
R\$ 90,23	R\$ 196,36	117,62%	Não

Análise de Vantajosidade de Exclusividade ME/EPP Item 2			
Preços Escolhidos		Diferença	Vantajoso
Pesquisa Original	Pesquisa Estendida		
R\$ 924,00	R\$ 1.425,00	54,22%	Não

Dessa forma, opinamos pela não exclusividade/reserva de cota do certame para MEs e EPPs, em função dessas considerações, que demonstram a não vantajosidade econômica.

1.15. Posicionamento Conclusivo sobre a Viabilidade da Contratação

Para suportar o crescimento exponencial dos serviços de TIC, fruto da evolução e modernização do Judiciário Brasileiro, faz-se necessário que serviços de Certificação Digital sejam contratados, a fim de garantir que tanto servidores (pessoas físicas), quanto a Instituição (pessoa jurídica), tenham acesso a recursos de TIC específicos na comunicação com outros órgãos da Administração Pública, como a Receita Federal, por exemplo. Essa necessidade também vem atender objetivos estratégicos como o fornecimento de serviços de qualidade e 100% digitais.

Isso posto, este estudo analisou as alternativas possíveis para realização da contratação. Da análise, registrada nos tópicos anteriores, esta equipe se posicionou pela contratação de soluções específicas de certificados digitais, já apresentadas e justificadas ao longo deste documento, propiciando ao TRE-PE maior qualidade, segurança e eficácia dos serviços que serão prestados por meio das contratações em tela.

Considerando o valor estimado, a equipe de planejamento opina que essa contratação seja realizada por meio de Contratação Direta por Dispensa de Licitação em razão do valor, em conformidade com o que dispõe o art. 75, Inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Registre-se, ainda, que todos os elementos elencados no Art. 18, §1º da Lei 14.133/2021, obrigatórios ou não, estão contemplados nestes estudos técnicos preliminares.

2. Sustentação do Contrato

2.1. Recursos Materiais e Humanos

Não haverá necessidade de alocação adicional de materiais ou recursos humanos para a boa execução dos serviços em contratação, pois a estrutura física e de pessoal existente já atende os requisitos necessários.

2.2. Impacto Ambiental

Não foram identificados impactos ambientais decorrentes desta contratação, por se tratar de contratação de serviços de certificados digitais.

2.3. Sustentabilidade

2.3.1. Critérios Sociais

- 1. os relativos a não inscrição no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, conforme Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n.º 4, de 11 de maio de 2016;
- 2. a não condenação do fornecedor ou de seus dirigentes, por infrações às leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, conforme previsão dos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, do artigo 149 do Código Penal Brasileiro, do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105;

2.3.2. Critérios Ambientais

Não se aplica.

2.3.3. Critérios Culturais

Não se aplica.

2.3.4. Critérios de Acessibilidade

Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021).

2.3.5. Critérios de Saúde

Não se aplica.

2.4. Descontinuidade do Fornecimento

Uma eventual descontinuidade do serviço trará sérias consequências para as atividades realizadas pelos integrantes desta Justiça Especializada, visto que as atividades administrativas e judiciais encontram-se fortemente apoiadas nos sistemas de informação, em especial aquelas vinculadas à realização das eleições, missão fundamental do TRE-PE.
Para evitar a descontinuidade, a equipe observou os quantitativos e as validades dos certificados atualmente disponíveis ao TRE-PE, no sentido de garantir o atendimento a situações de contingência, enquanto seria providenciada uma nova contratação do objeto.

2.5. Transição Contratual

Não haverá necessidade de procedimentos específicos em caso de transição contratual.

3. Estratégia para a Contratação

3.1. Natureza do Objeto

A presente contratação se refere a objetos comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais do mercado. As demandas que as presentes contratações atenderão são pontuais, e possuirão indicação de datas de validades distintas (12 meses), a depender do serviço e da data da última emissão.
A demanda é de natureza contínua no TRE-PE, tendo sido, inclusive, apontada e deliberada como serviço contínuo no órgão em reunião do COGEST realizada em 09/fevereiro/2022 (ata de reunião - doc. SEI nº 1740763).

3.2. Modalidade da Contratação

Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) de outro órgão federal	
Contratação Direta – Dispensa de Licitação	X
Contratação Direta – Inexigibilidade	
Pregão Eletrônico	
Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços	
Pregão Presencial	
Termo de Cooperação, Convênio ou documentos afins	
Prorrogação Contratual	

Outras (descrever a modalidade)	
---------------------------------	--

3.3. Justificativa para a Modalidade de Contratação Escolhida

O objeto desta contratação tem padrão de qualidade e desempenho definidos objetivamente, além de se tratar de objeto plenamente disponível no mercado de TIC.

A razão para a escolha por 'Contratação Direta – Dispensa de Licitação' decorre do valor previsto para a contratação ser inferior ao limite estabelecido pelo Decreto 11.871/2023 (R\$ 59.906,02), como preconiza o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

3.4. Período de Execução e Vigência do Contrato

Após a publicação da nota de empenho, a empresa contratada deverá fornecer *vouchers* para a emissão dos certificados. A validade/garantia do certificado será contada a partir da respectiva emissão, sendo de 12 meses para os dois itens (padrão de mercado).

A validade/garantia do certificado será de 12 meses para os dois itens, sendo contada a partir da respectiva emissão ou a partir do término da validade do certificado anterior para o caso da contratação da segunda unidade do certificado Wildcard SSL e do certificado eCNPJ.

Validade/Garantia de 12 meses:

- ITEM 01 - Certificado digital do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para o sistema eSocial do Governo Federal
- ITEM 02 - Certificado digital do Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE

O prazo de validade indicado-acima é o usualmente encontrado no mercado para esses itens.

3.5. Parcelamento e Adjudicação do Objeto

Para maior competitividade, o objeto da presente contratação foi dividido em 02 itens.

A adjudicação deve ser realizada por menor preço por item, podendo os itens ser adjudicados a fornecedores distintos, considerando que não há interdependência entre os dois objetos.

3.6. Formalização da Contratação

Para os itens demandados, a equipe de planejamento da contratação não entende como necessária a formalização por meio de contrato, como previsto no art. 95, inciso I da Lei nº 14.133/2021, que isenta a obrigatoriedade do contrato no caso de dispensa em razão do valor.

Pretende-se que a dinâmica da contratação seja efetuada através de nota de empenho como instrumento contratual, uma vez que as empresas de certificação digital trabalham com emissão de *vouchers*, ou tickets, para as emissões dos certificados. Os pedidos de emissão de certificados serão realizados de acordo com as demandas no órgão. Cada certificado emitido terá seu prazo de validade, já definido neste documento. Dessa forma, o pagamento será efetuado na sua totalidade, no aceite do certificado, e não ensejará obrigações futuras que exijam um instrumento formal como o contrato, sendo suficiente o disposto na Nota de Empenho e no Termo de Referência da contratação.

3.7. Equipe de Apoio à Contratação

Nome	E-mail	Lotação	Telefone
Marcelo Ribeiro	marcelo.ribeiro@tre-pe.jus.br	SEAU	9933
Flávio Roberto Gomes da Costa	flavio.costa@tre-pe.jus.br	SEAU	9932
Luis Fernando Cavalcanti Costa	luisfernando.costa@tre-pe.jus.br	SECOM	9337

3.8. Equipe de Gestão da Contratação

Função	Nome	E-mail	Lotação	Telefone
Gestor da Contratação (Titular)	Flávio Roberto Gomes da Costa	flavio.costa@tre-pe.jus.br	SEAU	9932
Gestor da Contratação (Substituto)	Marcelo Ribeiro	marcelo.ribeiro@tre-pe.jus.br	SEAU	9933
Fiscal Técnico	Aldemir Alves dos Santos	aldemir.santos@tre-pe.jus.br	SEAU	9642
Fiscal Administrativo	Luis Fernando Cavalcanti Costa	luisfernando.costa@tre-pe.jus.br	SECOM	9337
Fiscal Demandante	Aldemir Alves dos Santos	aldemir.santos@tre-pe.jus.br	SEAU	9642

Os papéis dos fiscais demandante e técnico serão exercidos pelo mesmo servidor, considerando que a unidade que detém o conhecimento dos aspectos técnicos dessa contratação (SEAU) é também a unidade que ficará responsável pelo recebimento das demandas de emissão de certificados oriundas das unidades do Tribunal.

4. Análise de Riscos

4.1. Riscos Relacionados ao Processo da Contratação

Descrição do Risco	Descrição do Dano	Probabilidade	Impacto	Criticidade	Ação de Controle ou Contingência	Prazo	Responsável
Atraso no cumprimento do prazo do TR constante no PCA	Descontinuidade no acesso de algum sistema ou recurso que exija certificação digital	2	3	6	Gestões junto às demais unidades pelas quais o processo ainda irá tramitar no sentido de monitorar o andamento e evitar novos atrasos nas fases restantes da tramitação. Acompanhamento, pelos gestores tático e estratégico, da entrega do TR pela equipe de planejamento.	Atuação contínua	Equipe de planejamento Gestores tático e estratégico da unidade contratante
Alteração de valores inicialmente previstos para a contratação	Atraso na conclusão do TR	1	3	3	Realização de estimativas de quantidade e de valor mais precisas quando da elaboração da proposta orçamentária e do planejamento da contratação.	Durante o planejamento da contratação	Equipe de planejamento
Contratação de empresas de baixa qualidade técnica	Dificuldades ou atrasos na emissão dos certificados digitais	1	3	3	Descrição do objeto de forma clara e objetiva. Inclusão de requisitos que garantam a qualidade do produto/serviço. Realização de pesquisas com vistas a conhecer as opções de produtos/serviços disponíveis no mercado.	Durante o planejamento da contratação	Equipe de planejamento
Ausência de licitantes interessados na aquisição – Licitação deserta	Descontinuidade no acesso de algum sistema ou recurso que exija certificação digital Necessidade de contratação emergencial	1	3	3	Identificação das possíveis causas do evento. Ajustes nos documentos de planejamento da contratação.	Durante a seleção de fornecedores	Equipe de planejamento
Licitação fracassada	Descontinuidade no acesso de algum sistema ou recurso que exija certificação digital Necessidade de contratação emergencial	1	3	3	Identificação das possíveis causas do evento. Ajustes nos documentos de planejamento da contratação.	Durante seleção de fornecedores	Equipe de planejamento

Observação:

As colunas Probabilidade e Impacto devem ser preenchidas com os números 1, 2 ou 3, que indicam, respectivamente, os valores baixa(o), média(o) ou alta(o). A coluna Criticidade é o resultado da multiplicação dos valores da probabilidade e do impacto indicados.

4.2. Riscos Relacionados à Segurança da Informação

Descrição do Risco	Descrição do Dano	Probabilidade	Impacto	Criticidade	Ação de Controle ou Contingência	Prazo	Responsável
Acesso indevido a dados dos servidores	Dados pessoais dos servidores acessíveis de forma indevida	1	3	3	Utilização dos mecanismos do SEI para manter restrito os registros dos pedidos Disponibilizar às contratadas apenas os dados essenciais para emissão do certificado digital	Durante toda a vigência contratual	Equipe de gestão da contratação
Não reconhecimento da autenticidade dos serviços oferecidos pelo TRE-PE na internet	Indisponibilidade destas aplicações para os usuários na internet	1	3	3	Utilização de certificado SSL Wildcard gratuitos até que se resolva o problema	Durante a implantação ou a utilização da solução (para o item 2)	SENIC

Observação:

As colunas Probabilidade e Impacto devem ser preenchidas com os números 1, 2 ou 3, que indicam, respectivamente, os valores baixa(o), média(o) ou alta(o). A coluna Criticidade é o resultado da multiplicação dos valores da probabilidade e do impacto indicados.

5. Informações Complementares

Conforme previsão contida no § 2.º do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021, acerca da necessidade de justificativas quanto a não utilização dos elementos não obrigatórios, informamos que todos os itens previstos no § 1.º do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021, obrigatórios ou não, estão contemplados no presente ETP - Contratação de TIC

6. Anexos

- Pesquisa de Preços CATSER 27162 (2568218)
- Análise de Preços CATSER 27162 (2568221)
- Pesquisa de Preços CATSER 27170 (2568230)
- Análise de Preços CATSER 27170 (2568231)
- Análise das Cotações - ME - EPP (2568244)

7. Assinaturas

Obs.: Todos os integrantes da equipe de planejamento da contratação devem assinar este documento.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO RIBEIRO, Analista Judiciário(a)**, em 17/05/2024, às 13:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIO ROBERTO GOMES DA COSTA, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 17/05/2024, às 13:59, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUÍS FERNANDO CAVALCANTI COSTA, Analista Judiciário(a)**, em 17/05/2024, às 14:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2544063** e o código CRC **6A41FE4E**.



Termo de Referência

Contratação de TIC

1. Definição do Objeto a ser Contratado (art. 6º, XXIII, “a” e “i” e Art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

Contratação de serviços de Certificação Digital para Pessoa Jurídica com suporte técnico para o cadastramento, validação e emissão.

1.1. Descrição Detalhada da Solução

Contratação de serviços de Certificação Digital para Pessoa Jurídica com suporte técnico para o cadastramento, validação e emissão, que inclua o fornecimento de:

- certificado tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso do sistema eSocial do Governo Federal e sistemas utilizados pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF);
- certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE.

Nº Item	Descrição do Item	Unidade	GND*	Elemento de Despesa	CATSER
01	Certificado digital do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para o sistema eSocial do Governo Federal	un	3 (Custeio)	3390.40.23 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ / Emissão de Certificados Digitais	27162
02	Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE	un	3 (Custeio)	3390.40.23 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ / Emissão de Certificados Digitais	27170

1.2. Vigência da Contratação e Possibilidade de Prorrogação

Quanto à formalização da contratação, apesar de, no ETP (2544063), termos indicado a nota de empenho como instrumento contratual, pelo fato da Lei 14.133/2021 permitir esse instrumento em casos de dispensa em razão do valor, reavaliamos as condições do mercado e entendemos que o contrato é o instrumento mais indicado para esta demanda, visto que haverá obrigações futuras para a contratada, sobretudo relacionadas à disponibilização de vouchers e respectivos pagamentos, que serão demandados por meio de ordens de serviço ao longo da vigência contratual.

O contrato deverá ter vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado.

Ressalta-se que o serviço tem natureza contínua no órgão, conforme descrito no tópico seguinte.

1.3. Natureza do Objeto

A presente contratação se refere a objetos comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais do mercado.

As demandas que as presentes contratações atenderão são pontuais, conforme detalhado no tópico 2.3 deste Termo de Referência.

A demanda de certificação digital é de natureza contínua no TRE-PE, tendo sido, inclusive, incluído no rol de serviços contínuos do órgão, conforme deliberado pelo COGEST em reunião de fevereiro/2022 (1740763).

2. Fundamentação da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b” da Lei nº 14.133/2021)

2.1. Referência aos Estudos Técnicos Preliminares

Os objetivos, benefícios e justificativas para a contratação constam no Processo SEI nº 0004648-62.2024.6.17.8000, nos Estudos Técnicos Preliminares - documento nº 2544063. Essas informações estão indicadas, respectivamente, nos tópicos 1.4. Necessidades e Requisitos do Objeto, 1.5. Benefícios Esperados e 1.6. Quantidade a ser Contratada e Justificativa.

O referido documento constará em publicação no site do órgão, no Portal da Transparência - link Contratações.

2.2. Alinhamento Estratégico

Objetivo(s) Estratégico(s) do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do TRE-PE:	OBE 12 do PEI (Planejamento Estratégico Institucional), ciclo 2021-2026: Aprimorar a estratégia de tecnologia da informação e comunicação e proteção de dados
Objetivo(s) Estratégico(s) do Plano Diretor de TIC (PDTIC) do TRE-PE:	OBE 07 do PDTIC: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados OBE 08 do PDTIC: Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas
Sequencial no Plano de Contratações Anual:	021 e 227
Referência a outros Planos, se houver:	Não há

2.3. Quantidade a ser Contratada e Justificativa

Identificada a necessidade de contratação dos seguintes itens e quantidades:

01 - Certificados digitais do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso do sistema eSocial do Governo Federal e sistemas utilizados pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) - 2 unidades;

02 - Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE - 02 unidades;

Apresentamos a análise detalhada da demanda e dos quantitativos efetivamente necessários à pretensa contratação.

01. Certificados digitais do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso do sistema eSocial do Governo Federal e sistemas utilizados pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)

Em virtude da necessidade contínua de utilização do recurso para o Sistema eSocial, necessitaremos adquirir **02 unidades de certificado desse tipo**. Considerando que a utilização do sistema deve ser feita de forma contínua, por exigência do Governo Federal, sugerimos a contratação de dois certificados do mesmo tipo, a fim de garantir a sua disponibilidade e como mecanismo de redundância, a ser utilizado na infraestrutura de outro serviço, o sistema JE-Reinf, desenvolvido pelo TSE para facilitar a interface com o sistema EFD-Reinf Web, o qual integra o EFD-Reinf, conforme registrado no SEI nº 0007011-90.2022.6.17.8000.

2. Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE

Atualmente, são utilizados, nos servidores web do TRE-PE, certificado SSL Wildcard gratuito. Entretanto, o certificado pago oferece mais garantias de segurança que o gratuito, pois passa por um processo de verificação documental da autenticidade da instituição solicitante, aumentando assim a percepção de confiança no serviço prestado. Além disso, os certificados gratuitos têm validade de 90 dias, precisando ser renovados sempre que sua validade expira. Se esta expirar e o certificado não for atualizado, o funcionamento dos sistemas disponíveis na página internet do Tribunal sofrerá impacto. Isto requer por parte de nossa equipe técnica um controle contínuo e um trabalho de atualização dos vários serviços disponibilizados a cada trimestre. Os certificados pagos têm uma validade maior que 90 dias,

porém desde 1/9/2020, os certificados SSL / TLS não podem ser emitidos por mais de 13 meses (397 dias)*. Esta foi uma mudança ampla da indústria visando o aumento da segurança e que afetou todas as autoridades de certificação. Temos no TRE-PE, atualmente, dois domínios e, por este motivo, a EPC sugere **02 unidades desse tipo de certificado**, cujos vouchers poderão ser demandados pela contratante em momentos distintos e poderão ser utilizados em qualquer um dos dois domínios.

* <https://docs.digicert.com/pt/certcentral/manage-certificates/end-of-2-year-dv--ov--and-ev-public-ssl-tls-certificates.html>

2.4. Análise de Mercado e Justificativa para a Solução Escolhida

A análise de mercado e a solução escolhida para atendimento da demanda constam nos Estudos Técnicos Preliminares (documento nº 2544063), nos tópicos 1.9 e 1.10. O referido documento constará em publicação no *site* do órgão, no Portal da Transparência - *link* Contratações.

2.5. Impacto Ambiental

Não foram identificados impactos ambientais decorrentes desta contratação, por se tratar de serviços de emissão de certificados digitais.

2.6. Conformidade Técnica e Legal

As contratações, ora especificadas são aderentes aos seguintes normativos:

- MEDIDA PROVISÓRIA No 2.200-2, DE 24 DE AGOSTO DE 2001, que Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, dentre outras providências (relaciona-se com o Item 1 - certificado A1 e-CNPJ).
- LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos, dentre outras providências.
- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça;
- Resolução TRE-PE nº 433, de 29 de novembro de 2022, que dispõe sobre o macroprocesso de contratações do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Não se aplicará a essa contratação o Decreto nº 7174/2010, em razão das soluções existentes não serem de fabricação nacional.

3. Requisitos da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd', art. 40, §1º e 2º da Lei nº 14.133/2021)

3.1. Requisitos do Objeto

A solução de Certificação Digital deve atender os seguintes requisitos, para estar em conformidade com a demanda do TRE-PE para os sistemas que utilizam essa tecnologia:

Requisitos tecnológicos e requisitos de negócio

1. Certificados digitais do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso do sistema eSocial do Governo Federal e sistemas utilizados pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

- Certificados Digitais padrão ICP-Brasil, do tipo **A1 e-CNPJ**, para atendimento à exigência de implantação e utilização do software gerencial eSocial no TRE-PE;
- Possibilidade de assinar documentos digitalmente, transmitir dados, realizar operações pela internet como Pessoa Jurídica e atender os compromissos fiscais com o eSocial do Governo Federal, garantindo a integridade e segurança das informações;
- O processo de emissão do certificado deve ocorrer, preferencialmente, de forma remota;
- A Contratada deve dispor de postos de atendimento na região metropolitana do Recife, caso a emissão do certificado precise ser realizada de forma presencial;
- Possuir prazo de validade de 01 (um) ano, contado a partir da data de emissão do certificado;
- Possuir garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil.

2. Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE.

- Criptografia RSA e 2048 bits, SHA-2 (SHA256).
- Conformidade Webtrust.
- Compatibilidade com todos os navegadores e dispositivos móveis que suportem o protocolo SSL e TLS.
- Compatível com todos os servidores e equipamentos que suportem o protocolo SSL e TLS.
- Selo de segurança Site Seguro dinâmico.
- Reemissão gratuita e ilimitada durante a validade do Certificado.
- Licença de uso do mesmo Certificado em ilimitados Servidores.
- SCR Decoder – decodificador de CSR.
- Tecnologia AutoCSR.
- Sistema de aceleração SSL para carregamento das páginas e um melhor desempenho do website.
- Suporte especializado e gerente de contas dedicado no Brasil.
- Validação rápida e descomplicada em Português.
- Com um único certificado proteger quantos subdomínios quiser, sob um domínio.
- Possuir prazo de validade de 01 (um) ano, contado a partir da data de emissão do certificado.

Requisitos Temporais

- Os vouchers deverão ser emitidos em até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento pela Contratada da respectiva Ordem de Serviço.
- Os vouchers deverão ter validade de, pelo menos, 1 (um) ano a partir de sua emissão.

Requisitos de Segurança da Informação

- A contratação do certificado tipo A1 precisa estar em conformidade com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (Vide detalhamento no **Item 1.10** dos Estudos Técnicos Preliminares).
- Caso seja necessária a presença de representante ou colaborador da empresa nas dependências do TRE-PE para execução de serviços, estes devem ser previamente autorizados e portar crachá de identificação com nome, cargo e nome da empresa.
- A contratada deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do TRE-PE, cujos normativos associados podem ser consultados no site do Tribunal, no Portal da Transparência.

3.2. Condições da Proposta

A proposta a ser apresentada, além das informações sobre o objeto e o preço do serviço para ambos os itens, deve indicar que o certificado objeto do item 1 será emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Para as contratações pretendidas, não há necessidade de disponibilização de amostra ou indicação de site (catálogo). Também não haverá necessidade de realização de Prova Conceito, por se tratarem de serviços comuns, disponíveis no mercado.

A contratada deve informar os seus dados para comunicação com a contratante.

As condições e os prazos para as propostas e os lances deverão obedecer ao disposto neste Termo de Referência e no Edital.

A unidade do Tribunal que ficará responsável por dirimir dúvidas ou analisar eventuais questionamentos será a SEAUTIC - Seção de Atendimento do Usuário de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, da COSERV/TIC/STIC, por meio do e-mail seautic@tre-pe.jus.br ou ramais 9932 e 9933.

3.3. Garantia e Assistência Técnica

A validade/garantia do certificado será de 12 meses para os dois itens, sendo contada a partir da respectiva emissão.

Validade/Garantia de 12 meses:

- ITEM 01 - Certificado digital do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para o sistema eSocial do Governo Federal
- ITEM 02 - Certificado digital do Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE

O prazo de validade indicado acima é o usualmente encontrado no mercado para esses itens.

3.4. Parcelamento do Objeto

Propomos que o objeto da presente contratação seja **dividido em 02 itens (detalhados no tópico 1.1)**.

A adjudicação e a homologação poderão ser feitas para fornecedores distintos para cada um dos itens, considerando a independência entre eles e no intuito de promover maior competitividade.

3.5. Indicação de Marcas ou Modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

Não há necessidade de indicação de marca ou modelo específicos para esta contratação.

3.6. Critérios de Sustentabilidade

A presente contratação deverá atender aos seguintes critérios relativos à sustentabilidade de cunho social e de saúde, tais quais:

- os relativos a não inscrição no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, conforme Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n.º 4, de 11 de maio de 2016;
- a não condenação do fornecedor ou de seus dirigentes, por infrações às leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, conforme previsão dos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, do artigo 149 do Código Penal Brasileiro, do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105;
- o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021);

3.7. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação desse objeto contratual.

4. Modelo de Gestão e Execução do Objeto (art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'e' e 'f' e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

4.1. Condições de Entrega, Recebimento e Aceite do Objeto da Contratação

O modelo de execução e gestão da contratação seguirá o descrito nos itens abaixo deste Termo de Referência.

4.1.1 PAPÉIS

A execução do objeto requer a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

- Gestor do Contrato:** servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão contratual, incluindo as relacionadas no item 4.1.1.1;
- Fiscal Técnico do Contrato:** servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, competente para fiscalizar a contratação quanto aos aspectos técnicos da solução;
- Fiscal Demandante do Contrato:** servidor representante da área demandante da solução, competente para fiscalizar os aspectos funcionais da solução;
- Fiscal Administrativo do Contrato:** servidor competente para fiscalizar a contratação quanto ao recebimento, pagamento, sanção, aderência às normas e obrigações;

4.1.1.1 Competência do Gestor do Contrato:

- Emitir as ordens de serviço para a prestação dos serviços de emissão de certificados e visitas;
- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto contratado que venham a ser solicitados pela Contratada;
- Comunicar oficialmente à Contratada sobre quaisquer falhas verificadas na fiscalização do cumprimento dos serviços prestados;
- Agendar as emissões de certificados por meio de atendimento presencial, juntamente com os usuários solicitantes, caso precisem ser realizadas nos postos de atendimento;
- Emitir o Termo de Recebimento Definitivo, após o recebimento provisório pela fiscalização;
- Exercer permanente acompanhamento da fiscalização na execução do serviço, juntamente com a equipe de fiscalização, registrando ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;
- Verificar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa em relatório;
- Realizar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação ao setor pertinente para a formalização dos procedimentos relativos ao pagamento e à eventual aplicação de sanções, entre outros.

4.1.1.2 Competência do Fiscal Demandante e Técnico:

- Prestar apoio ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução contratual nas datas estabelecidas;
- Fiscalizar a execução contratual quanto às exigências técnicas e funcionais do objeto, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração;
- Repassar à contratada conhecimentos necessários à execução dos serviços ou ao fornecimento de bens;
- Fiscalizar a execução contratual, no tocante aos requisitos funcionais e de negócio da contratação, avaliando a qualidade dos serviços;
- Emitir o Termo de Recebimento Provisório e encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.

4.1.1.3 Competência do Fiscal Administrativo:

- prestar apoio ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relativas ao controle dos prazos relacionados à contratação, ao acompanhamento do empenho e do pagamento, garantias e glosas,

bem como daquelas tarefas que envolvam apostilamento e termos aditivos;

4.1.2 - DINÂMICA

A prestação do objeto contratado será realizada da seguinte forma:

- Após a assinatura do contrato, em até 10 dias úteis, o representante da empresa contratada deve assinar os termos de confidencialidade e de ciência da Política de Segurança da Informação.
- As ordens de serviço para a disponibilização de voucher(s) serão geradas pelo gestor conforme a necessidade do órgão, ao longo da vigência contratual;
- A disponibilização de voucher(s) deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento pela Contratada da respectiva Ordem de Serviço, devendo essa enviar mensagem eletrônica informando o procedimento para acessar e utilizar os vouchers;
- Após a disponibilização dos vouchers, em até 5 (cinco) dias úteis o Fiscal Técnico e o Gestor da Contratação avaliarão as informações enviadas e se os vouchers disponibilizados correspondem ao produto especificado. Essa análise configurará o recebimento provisório. Eventuais problemas detectados deverão ser solucionados pela Contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da notificação, por escrito, do Gestor da Contratação.
- O Gestor da Contratação, subsidiado pelo termo de recebimento provisório, e tendo recebido a nota fiscal da contratada, emitirá, em até 72(setenta e duas) horas, o termo de recebimento definitivo e o aceite da Nota Fiscal, requisito necessário ao seu pagamento.
- As emissões de certificados por meio de atendimento presencial deverão ser previamente agendadas pelo gestor da contratação;
- Uma vez ocorrido o agendamento e a validação dos dados, quando necessário, o certificado digital deverá ser emitido e armazenado em mídia criptográfica, fornecida pela Contratante, em até 10 (dez) dias corridos do procedimento de validação;
- O serviço de emissão de certificados será considerado terminado quando a Contratada entregar a evidência da emissão dos certificados digitais, após os eventos de emissão;
- O gerenciamento dos pedidos bem como o registro das emissões dos certificados digitais podem ser feitos através de ferramenta de gerenciamento dos pedidos, através de interface web disponibilizada pela Contratada.

4.1.3 - INSTRUMENTOS FORMAIS

As ordens de serviço para a disponibilização de voucher(s) serão enviadas pelo gestor do contrato à contratada por meio de mensagem eletrônica.

A solicitação de serviço de emissão de certificados poderá se dar por meio de mensagem eletrônica, na ausência de uma interface web da Contratada.

Nas mensagens, serão utilizados os mecanismos de comprovação de leitura para confirmação, pelo fornecedor, quando do efetivo recebimento da mensagem.

4.1.4 - ACOMPANHAMENTO

A equipe de Gestão Contratual acompanhará o pedido desde a assinatura do contrato até a efetiva entrega do objeto, incluindo as hipóteses de cobrança pelo atraso na entrega e de solicitação de dilação do prazo de entrega.

4.1.5 - COMUNICAÇÃO

A comunicação ocorrerá, usualmente, através de mensagem de correio eletrônico endereçada ao representante da(s) Contratada(s). Nas mensagens, serão utilizados os mecanismos de comprovação de leitura para confirmação, pelos fornecedores, quando do efetivo recebimento da mensagem. Ocorrerá por escrito apenas quando o ato exigir tal formalidade.

O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.1.6 - VISTORIA

Para esta contratação, não há necessidade de realização de avaliação prévia de local de execução dos serviços.

4.2. Obrigações da Contratada

Constituem obrigações da(s) empresa(s) **CONTRATADA(S)**:

- a. Manter-se, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- b. Entregar e prestar o(s) serviço(s) contratado(s) conforme especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c. Utilizar, quando couber, melhores práticas, capacidade técnica, materiais, equipamentos, recursos humanos e supervisão técnica e administrativa, para garantir a qualidade do(s) serviço(s) e o atendimento às especificações no Termo de Referência;
- d. Seguir as instruções e observações efetuadas pelo Gestor do Contrato, bem como reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- e. Reportar formal e imediatamente ao Gestor do Contrato quaisquer problemas, anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução do objeto;
- f. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante, referentes a qualquer problema detectado ou ao andamento de atividades previstas;
- g. Detalhar e repassar, conforme orientação e interesse do Contratante, todo o conhecimento técnico utilizado na execução do objeto;
- h. Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante toda a contratação, dentro dos prazos estipulados;
- i. Responder integralmente por quaisquer perdas ou danos causados ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus profissionais em razão da execução do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito;
- j. Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação do Contratante;
- k. Manter confidencialidade e, em nenhum momento, divulgar a terceiros, sem a ciência e o consentimento do CONTRATANTE, documentos, imagens/fotos, dados ou outra informação que tiver sido direta ou indiretamente proporcionada pelo CONTRATANTE, antes, durante ou depois de encerrada a vigência do contrato;
- l. Observar e cumprir as regras impostas pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores;
- m. O representante da empresa contratada deve assinar termo de confidencialidade em que se compromete a não acessar, não divulgar e proteger todos os dados de infraestrutura e de vulnerabilidades do contratante a que tiver acesso, abrangendo seus colaboradores que porventura precisem comparecer no Tribunal, e termo de ciência de conhecimento da Política de Segurança da Informação do TRE-PE e normas correlatas.
- n. Caso seja necessária a presença de técnico da empresa nas dependências do TRE-PE para a execução de serviços, estes devem ser previamente autorizados e portar crachá de identificação com nome, cargo e nome da empresa.
- o. Solucionar eventuais problemas detectados na entrega do objeto no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da notificação, por escrito, do Gestor da Contratação.
- p. Prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e/ou mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período respectivo de validade do certificado, em prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação. Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de notificação específica, sem ônus adicional para o Contratante.

4.3. Obrigações do Contratante

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a. Prestar, por meio de seu Gestor do Contrato, as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto contratado, que venham a ser solicitados pela Contratada;
- b. Registrar, por meio de seu Gestor do Contrato, os incidentes e problemas ocorridos durante a execução da contratação;
- c. Comunicar oficialmente, por meio de seu Gestor do Contrato, à Contratada sobre quaisquer falhas verificadas na fiscalização do cumprimento do objeto da contratação;
- d. Efetuar o pagamento devido pela entrega da respectiva execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;
- e. Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a Contratada possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas no Termo de Referência;
- f. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste TR;
- g. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a ordem de serviço e os critérios de recebimento descritos neste TR;
- h. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

- i. Exercer permanente fiscalização na execução do serviço, por meio das Equipes de Gestão e Fiscalização da Contratação, registrando ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;
- j. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitindo acesso aos profissionais ou representantes da Contratada às suas dependências, com controle e supervisão das áreas técnicas.
- k. Observar e cumprir as regras impostas pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores;
- l. Durante a execução contratual, caberá à equipe de gestão e fiscalização contratual analisar o monitoramento dos riscos relacionados neste TR, atualizando-o quando necessário.

5. Equipe de Gestão e Fiscalização da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘f’ da Lei nº 14.133/2021)

Gestão e Fiscalização da Contratação	Servidor	Telefone	E-mail Funcional
Gestor do Contrato ou de Ata de Registro de Preços (Titular)	Flávio Roberto Gomes da Costa	3194-9932	flavio.costa@tre-pe.jus.br
Gestor do Contrato ou de Ata de Registro de Preços (Substituto)	Marcelo Ribeiro	3194-9933	marcelo.ribeiro@tre-pe.jus.br
Fiscal Técnico	Aldemir Alves dos Santos	3194-9642	aldemir.santos@tre-pe.jus.br
Fiscal Administrativo	Luís Fernando Cavalcanti Costa	3194-9337	luisfernando.costa@tre-pe.jus.br
Fiscal Demandante	Aldemir Alves dos Santos	3194-9642	aldemir.santos@tre-pe.jus.br

Os papéis dos fiscais demandante e técnico serão exercidos pelo mesmo servidor, considerando que a unidade que detém o conhecimento dos aspectos técnicos dessa contratação (SEAUTIC) é também a unidade que ficará responsável pelo recebimento das demandas de emissão de certificados oriundas das unidades do Tribunal.

6. Critérios de Medição e de Pagamento (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘g’ da Lei nº 14.133/2021)

6.1. Critérios de Medição e de Pagamento

6.1.1 - PAGAMENTO

Pela perfeita e fiel entrega do objeto licitado o TRE-PE efetuará a liquidação e o pagamento do preço apresentado na nota fiscal, que esteja de acordo com o valor proposto pelo fornecedor, mediante ordem bancária creditada na conta-corrente informada pela empresa, observando-se o disposto no Art. 7º da IN nº 77/2022, contado da data do recebimento pelo Tribunal na nota fiscal ou fatura, desde que não haja fato impeditivo provocado pela contratada.

A Secretaria de Orçamento e Finanças deverá conferir toda a documentação referente à comprovação da quitação das obrigações impostas à Contratada, bem como efetuar, na fonte, todos os descontos legais, se couber.

O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante da nota fiscal/fatura, deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação. Eventual mudança no CNPJ do estabelecimento da beneficiária do contrato (matriz/filial) encarregada da contratação, entre aqueles constantes dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de **08 (oito) dias úteis**, da data prevista para pagamento da nota fiscal.

Antes do pagamento à Contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no instrumento convocatório. Constatada a irregularidade, a gestão contratual notificará a Contratada para proceder à regularização, sob pena de instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade/rescisão do contrato, por descumprimento contratual.

A entrega do objeto se caracterizará pelo cumprimento do disposto no tópico '4.1. Condições de Entrega, Recebimento e Aceite do Objeto da Contratação' deste documento.

O não cumprimento dos prazos de entrega previstos, dispostos no item 4.1, importará em desconto do valor a pagar, conforme tabela abaixo.

INDICADOR DE ATRASO NA ENTREGA DE VOUCHERS	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega de voucher(s) solicitado(s) na Ordem de Serviço
Instrumento de medição	Ordem de Serviço (Data e prazo previsto de entrega)
Forma de Acompanhamento	A avaliação será realizada por meio da verificação da data prevista para entrega (10 dias úteis após o recebimento da OS) e a data de efetiva entrega
Periodicidade	por Ordem de Serviço (OS)
Mecanismo de Cálculo	TAE = (DEE - DPE) Onde: TAE = Tempo de atraso na entrega (quantidade de dias entre a data prevista de entrega e a data da efetiva entrega do voucher). DPE = Data prevista para a entrega, considerando o prazo de 10 dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço. DEE = Data efetiva da entrega.
Faixas de ajuste de pagamento	Para valores iguais ou inferiores a 0(zero) - Pagamento integral da OS; De 1 a 5 dias de atraso - Glosa de 0,1% sobre o valor da OS por dia de atraso. De 6 a 10 dias de atraso - Glosa de 0,2% sobre o valor da OS por dia de atraso. De 11 a 15 dias de atraso - Glosa de 0,3% sobre o valor da OS por dia de atraso.

A aplicação das glosas acima poderá ser acumulada com a aplicação das sanções previstas neste TR, descritas abaixo.

6.1.2 - DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

Com fundamento nos artigos 155 e 156 e 162 da Lei 14.133/2021, as Contratadas ficarão sujeitas a sanções já previstas em lei, no caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa.

As penalidades a seguir poderão ser aplicadas:

- a. Advertência;
 - i. A Contratada será notificada formalmente pelo TRE-PE em caso de descumprimento de obrigação contratual e terá que apresentar as devidas justificativas em um prazo de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis contados após o recebimento da notificação. Caso não haja manifestação dentro desse prazo ou o TRE-PE entenda serem improcedentes as justificativas apresentadas, a Contratada será advertida.

- b. Multa de:
- i. 1% ao dia sobre o respectivo valor do contrato, no caso de atraso por período superior ao previsto para o início do serviço, limitado à incidência de 5 (cinco) dias. Caso ocorra o descumprimento da obrigação por prazo superior, poderá ser caracterizada a inexecução total do contrato, com a consequente aplicação da multa prevista na subalínea b.iii;
 - ii. 10% sobre o valor total do Contrato de Prestação de Serviço, no caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, podendo caracterizar a inexecução parcial do contrato após 30 dias;
 - iii. 30% sobre o valor total do Contrato de Prestação de Serviço, no caso de inexecução total das obrigações assumidas.
- c. Impedimento de licitar e contratar;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

A inexecução parcial do objeto se caracterizará pelo não cumprimento de uma obrigação imposta à CONTRATADA ou pela não execução de alguma atividade em período específico contido nos prazos indicados na respectiva Ordem de Serviço e previstos neste Termo de Referência.

A inexecução total do objeto se caracterizará pela não execução de nenhuma obrigação da CONTRATADA, ou ainda na hipótese de descumprimento reiterado dos prazos e/ou condições previstos para entrega do objeto.

6.2. Reajuste e Aditamento

O reajuste será aplicado nos termos da Lei 14.133/2021, e terá como índice o IPCA ou outro que venha a substituí-lo.

7. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’ da Lei nº 14.133/2021)

7.1. Modalidade da Contratação

Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) de outro órgão federal	
Contratação Direta – Dispensa de Licitação	X
Contratação Direta – Inexigibilidade	
Pregão Eletrônico	
Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços	
Pregão Presencial	
Termo de Cooperação, Convênio ou documentos afins	
Outros (descrever a modalidade)	

Considerando o baixo valor estimado, a equipe de planejamento opina que essa contratação seja realizada por meio de Contratação Direta por Dispensa de Licitação, com disputa, em conformidade com o que dispõe o art. 75, Inciso II da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Critério de Julgamento, Adjudicação e Homologação

Em relação ao critério de julgamento, considerando que o objeto é comum e pela definição da modalidade **Contratação Direta – Dispensa de Licitação**, em sua forma eletrônica, optamos pelo critério de julgamento do tipo “**Menor Preço**”, para cada item.

7.3. Tratamento Diferenciado (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)

Considerando o baixo valor estimado para a pretensa contratação, apresentou-se possível a aplicabilidade da exclusividade do certame para empresas do tipo ME e EPP.

Na pesquisa de preços inicial, realizada por meio do Painel de Preços, obtivemos diversos resultados decorrentes de contratações similares, dentre os quais, vários fornecedores encontrados se enquadram como ME e EPP. No entanto, nenhum deles é sediado em Recife ou Pernambuco, conforme demonstrado no tópico **8.2. Extrato das Pesquisas Realizadas** deste documento.

Estendemos, então, a pesquisa de preços para a fonte de **pesquisa direta com fornecedores**, em maio/2024, cujas evidências de resultados obtidos nas cotações encontram-se no documento Análise das Cotações - ME - EPP (2568244) , os quais são apresentados abaixo:

Item 01 – Certificados digitais do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso no sistema eSocial do Governo Federal

DESCRIÇÃO: certificado tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso do sistema eSocial do Governo Federal e sistemas utilizados pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) – 1 ano						
LOCAL: Pesquisa Livre – Internet – E-COMMERCE						
ANO: 2024						
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO						
PERÍODO: CORRENTE						
RESULTADO	ANÁLISE	EMPRESA	CNPJ	CONTATO	OBS	VALOR
1	cotação	EXPRESS CERTIFICACAO DIGITAL LTDA	28.860.267/0001-78	atendimento@solutirecte.com.br	RECIFE-PE	R\$ 169,90
2	cotação	CHAVES SERVICOS DE CERTIFICACAO E COMUNICACOES LTDA	26.823.785/0001-25	chaves@chavescertificadodigital.com.br	CAMPINA GRANDE-PB	R\$ 180,00
3	cotação	GOLDCERT CERTIFICADO DIGITAL LTDA	23.583.689/0001-20	contato@goldcert.com.br	RECIFE-PE	R\$ 185,00
4	cotação	CERTIPE SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	22.677.427/0001-61	contato@certipe.com.br	RECIFE-PE	R\$ 235,00
5	cotação	CERTHINKING CERTIFICACOES DIGITAIS LTDA	36.150.911/0001-42	comercial@certhink.com.br	RECIFE-PE	R\$ 210,00
6	cotação	AR I9 CERTIFICACAO DIGITAL SERVICOS LTDA ME	29.056.741/0001-76	marcio@9recife.com.br	JOÃO PESSOA-PB	R\$ 220,00
7	cotação	NEW CERTIFICADO DIGITAL	04.870.743/0001-73	compratic@outlook.com	RECIFE-PE	R\$ 232,00
8	cotação	POUPAY CERTIFICADOS DIGITAIS LTDA	47.317.285/0001-52	poupaycertificados@gmail.com	RECIFE-PE	R\$ 139,00
10	cotação	ALLMIC TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA	09.386.453/0001-72	contato@allmic.com.br	PETROLINA-PE	R\$ 160,00

Escolha de Preços entre Média e Mediana						
Preços		Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	Média	Mediana	Método a ser utilizado
Empresa	Valor					
1	R\$ 169,90	R\$ 31,67	16,94%	R\$ 186,99	R\$ 182,50	MÉDIA
2	R\$ 180,00					
3	R\$ 185,00					
5	R\$ 210,00					
6	R\$ 220,00					
7	R\$ 232,00					
8	R\$ 139,00					
10	R\$ 160,00					

Item 02 - Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE

DESCRIÇÃO: certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE – 1 ano						
LOCAL: Pesquisa Livre – Internet – E-COMMERCE						
ANO: 2024						
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO						
PERÍODO: CORRENTE						
RESULTADO	ANÁLISE	EMPRESA	CNPJ	CONTATO	OBS	VALOR
1	cotação	GOLDCERT CERTIFICADO DIGITAL LTDA	23.583.689/0001-20	contato@goldcert.com.br	RECIFE-PE	R\$ 2.750,00
2	cotação	CERTIPE SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	22.677.427/0001-61	contato@certipe.com.br	RECIFE-PE	R\$ 1.500,00
9	cotação	SERVHOST INTERNET LTDA	06.985.306/0001-20	https://site.servhost.com.br/contato	RECIFE-PE	R\$ 1.350,00
10	cotação	ALLMIC TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA	09.386.453/0001-72	contato@allmic.com.br	PETROLINA-PE	R\$ 1.351,00

Escolha de Preços entre Média e Mediana						
Preços		Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Média	Mediana	Método a ser utilizado
Empresa	Valor					
2	R\$ 1.500,00	R\$ 86,32	6,16%	R\$ 1.400,33	R\$ 1.351,00	MÉDIA
9	R\$ 1.350,00					
10	R\$ 1.351,00					

Considerações

Como resultado da pesquisa estendida à cotação com fornecedores, detalhada acima, verificamos que, embora identificadas empresas enquadradas no perfil de ME e EPP, os preços obtidos demonstraram a falta de vantajosidade para a Administração Pública em realizar o certame exclusivamente para empresas desse porte, haja vista que as médias de preços obtidas na pesquisa estendida revelaram-se substancialmente superiores às médias observadas na pesquisa original (vide tópicos 8.4.1.1 e 8.4.1.2 do documento), como se pode observar nas tabelas abaixo:

Análise de Vantajosidade de Exclusividade ME/EPP Item 1			
Preços Escolhidos		Diferença	Vantajoso
Pesquisa Original	Pesquisa Estendida	107,23%	Não
R\$ 90,23	R\$ 186,99		

Análise de Vantajosidade de Exclusividade ME/EPP Item 2			
Preços Escolhidos		Diferença	Vantajoso
Pesquisa Original	Pesquisa Estendida	51,55%	Não
R\$ 924,00	R\$ 1.400,33		

Dessa forma, opinamos pela não exclusividade do certame para MEs e EPPs, em função dessas considerações, que demonstram a não vantajosidade econômica.

7.4. Das Condições de Habilitação

Para a habilitação do fornecedor serão exigidas as seguintes condições, conforme disposto na Lei 14.133/2021:

Habilitação Jurídica:

- No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ;
- No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- Portaria de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.
- No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Regularidade perante a Fazenda federal e municipal do domicílio ou sede do fornecedor;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Justificativa: A qualificação econômico-financeira é a mínima necessária para a comprovação de que a empresa pode fornecer o objeto.

Qualificação Técnica

Para verificar a qualificação técnica dos fornecedores, deve ser apresentada:

- Indicação de qual autoridade certificadora da cadeia AC-JUS o fornecedor está vinculado.
 - A indicação pode ser realizada por meio de qualquer documento legítimo que ateste, como sítio internet com a informação, ou declaração do próprio fornecedor com o respectivo vínculo. O objetivo é poder verificar a ligação do fornecedor à árvore hierárquica que registra a cadeia de confiança que viabiliza a emissão de certificados digitais (sítio internet: <https://estrutura.iti.gov.br/>)

Justificativa: A qualificação técnica indicada acima é necessária considerando que é um requisito de uso do certificado a emissão por parte de uma autoridade vinculada à AC-JUS para órgãos vinculados ao Poder Judiciário, conforme indicado no sítio <https://acjus.jus.br/acjus/certificados>.

-> Além da documentação referida acima, será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E DE CONSÓRCIO NA LICITAÇÃO

-> Não será permitida a participação de pessoa física porque precisará de equipe e local com infraestrutura adequada para a recepção e validação dos documentos.

-> É vedada a participação de consórcio, justificada pelos seguintes fatores:

- o objeto da contratação é de natureza simples, não possuindo complexidade técnica que justifique a união de esforços de empresas distintas para o atendimento da demanda;
- na pesquisa de mercado, foram encontrados vários fornecedores do objeto, bem como contratações similares realizadas, demonstrando que a participação de consórcio não é fator relevante que irá garantir aumento de competitividade;

- os requisitos de qualificação econômica exigidos são os mínimos necessários para a comprovação de que a empresa pode fornecer o objeto;
- a contratação é de baixo vulto.

8. Estimativas do Valor da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘i’ da Lei nº 14.133/2021)

As informações sobre a pesquisa de preços e o valor estimado constam nos subtópicos seguintes (8.1 a 8.4).

8.1. Servidor Responsável pela Pesquisa de Preços

Nome do Servidor	Lotação do Servidor
Marcelo Ribeiro	SEAU

8.2. Extrato das Pesquisas Realizadas

Listamos abaixo as pesquisas de preço realizadas, conforme os parâmetros definidos pelas instruções normativas do Ministério da Economia sobre pesquisa de preços (art. 5º da IN 65/2021), bem como as orientações constantes no manual do STJ e no manual de Contratações do TRE-PE. Os relatórios e documentos acessados estão indicados ao longo das tabelas abaixo, de acordo com o item pesquisado. Nos resultados apresentados, relacionamos as empresas contratadas. Nos casos onde mais de um resultado foi obtido para a mesma empresa, a informação **Data do documento** é apresentada mais de uma vez.

8.2.1 - Item 01 - Certificados digitais do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso no sistema eSocial do Governo Federal

Empresa	Fonte*	É ME/EPP?	UF	Trabalha com Adm. Pública?	Data do documento**	Referên
KEVEN PAUL REIS CNPJ: 40.382.625/0001-80 Resultado 01	Painel de Preços	Sim	DF	Sim	28/02/2024	Pesquisa de 27162 (256
DELTA CERTIFICADORA DIGITAL LTDA CPNJ: 33.638.059/0001-69 Resultado 02	Painel de Preços	Sim	SP	Sim	04/04/2024	Pesquisa de 27162 (256
DOCS CONSULTORIA ESPECIALIZADA LTDA CPNJ: 50.506.800/0001-57 Resultado 03, 04, 05, 07 e 09	Painel de Preços	Sim	MG	Sim	28/11/2023 10/01/2024 02/04/2024 23/02/2024 09/02/2024	Pesquisa de 27162 (256
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA CPNJ: 21.308.480/0001-22 Resultado 06 e 10	Painel de Preços	Sim	SP	Sim	10/11/2023 15/12/2023	Pesquisa de 27162 (256
X.DIGITAL BRASIL SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA CPNJ: 38.597.881/0001-42 Resultado 08 e 12	Painel de Preços	Sim	SC	Sim	08/01/2024 26/01/2024	Pesquisa de 27162 (256
B W SISTEMAS DE AUTOMACAO COMERCIAL & CERTIFICADO DIGITAL LTDA CPNJ: 19.372.361/0001-97 Resultado 11	Painel de Preços	Sim	DF	Sim	30/01/2024	Pesquisa de 27162 (256
ACERTCAM CERTIFICADORA DIGITAL LTDA CPNJ: 20.971.871/0001-60 Resultado 13	Painel de Preços	Não	DF	Sim	23/11/2023	Pesquisa de 27162 (256
SOLUTI - SOLUCOES EM NEGOCIOS INTELIGENTES S/A CNPJ: 09.461.647/0001-95 Resultado 14	Painel de Preços	Não	GO	Sim	09/11/2023	Pesquisa de 27162 (256

CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A CNPJ: 01.554.285/0001-75 Resultado 15	Painel de Preços	Não	SP	Sim	19/02/2024	Pesquisa de 27162 (256
--	------------------	-----	----	-----	------------	---------------------------

8.2.2 - Item 2 - Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE

Empresa	Fonte*	É ME/EPP?	UF	Trabalha com Adm. Pública?	Data do documento**	Referência
BRHOST SERVICOS DIGITAIS LTDA CNPJ: 35.614.414/0001-95 Resultado 01	Painel de Preços	Sim	BA	Sim	10/01/2024	Pesquisa de 27170 (256
AR RP CERTIFICACAO DIGITAL LTDA CNPJ: 21.308.480/0001-22 Resultado 02, 09	Painel de Preços	Sim	SP	Sim	11/12/2023 20/12/2023	Pesquisa de 27170 (256
X.DIGITAL BRASIL SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA CNPJ: 38.597.881/0001-42 Resultado 03, 04, 06, 07, 10, 11, 12	Painel de Preços	Sim	SC	Sim	21/11/2023 23/02/2024 10/01/2024 26/01/2024 23/02/2024 25/03/2024 12/12/2023	Pesquisa de 27170 (256
ACTIVEWEB TECHNOLOGIES INFORMATICA LTDA CNPJ: 04.724.924/0001-91 Resultado 05	Painel de Preços	Sim	PR	Sim	18/03/2024	Pesquisa de 27170 (256
SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) CNPJ: 33.683.111/0002-80 Resultado 08	Painel de Preços	Não	PR	Sim	18/03/2024	Pesquisa de 27170 (256

8.3. Análise das Pesquisas Realizadas

8.3.1 - Item 01 - Certificados digitais do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso no sistema eSocial do Governo Federal

Para a pesquisa, foi utilizado o portal Painel de Preços (<https://paineldepregos.planejamento.gov.br/>) do Ministério da Economia

Um aspecto relevante nessa pesquisa foi que, considerando a última contratação realizada, e o baixo valor envolvido, foram utilizadas as contratação feitas por Dispensa de Licitação como critério de busca nos resultados.

A última contratação desse objeto foi realizada em 2023, por Dispensa Eletrônica, em razão do valor.

8.3.1.1 - Pesquisa Painel de Preços Item 01

1.13.3.1.1 - Pesquisa Painel de Preços Item 01

DESCRIÇÃO: Certificados digitais do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL										
LOCAL: https://paineldepregos.planejamento.gov.br/analise-servicos										
CATSER: 27162										
ESFERA: FEDERAL										
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO										
PERÍODO: ÚLTIMOS 180 DIAS										
RESULTADO	ANÁLISE	ÓRGÃO	SIGLA	ID. Compra	ITEM	OBS	VALOR	DATA	FORNECEDOR	CNPJ
1	OK	CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO – PE	CREA-PE	90004/2024	02	Aquisição de certificado digital para Pessoa Física e Pessoa Jurídica	R\$ 43,00	28/02/2024	KEVEN PAUL REIS	40.
2	OK	MEC-UFRJ-UNIVERSID.FED.DO RIO DE JANEIRO/RJ	MEC-UFRJ	90001/2024	01	Contratação de certificado digital para pessoa jurídica (eCNPJ) do tipo A1 padrão ICP-Brasil	R\$ 50,00	04/04/2024	DELTA CERTIFICADORA D	33.
3	OK	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA - PR	CRF-PR	00023/2023	03	Aquisição de certificado digital e-CPF e E-CNPJ para o CRF-PR	R\$ 55,00	28/11/2023	DOCS CONSULTORIA ESP	50.
4	OK	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO	TRT18	00039/2023	02	Serviços de emissão de certificados digitais com suporte para a instalação e eventuais problemas dela decorrentes, bem como os procedimentos necessários de validação (remota/presencial) para o preenchimento dos requisitos para a emissão do certificado dos itens 1 e 2 (ICP-BRASIL), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	R\$ 55,00	10/01/2024	DOCS CONSULTORIA ESP	50.
5	OK	JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA – BA	JF-BA	90012/2024	01	Contratação de empresa especializada para emissão de um certificado Digital para pessoa jurídica, do tipo A1 (e-CNPJ), compatível com a ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras), em nome da Seção Judiciária da Bahia, com validade de 12 meses	R\$ 75,00	02/04/2024	DOCS CONSULTORIA ESP	50.
6	NÃO	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO	TRE-PE	00040/2023	01	Contratação de serviços de Certificação Digital para Pessoa Jurídica, conforme especificações e normas do ICP-Brasil, com suporte técnico para o cadastramento, validação e emissão.	R\$ 75,40	10/11/2023	AR RP CERTIFICACAO DIG	21.
7	OK	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	CFC	90000/2024	01	Aquisição de certificados digitais ICP-Brasil do tipo A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ), tipo A1 wildcard e tipo SSL A1 e-CNPJ para equipamento servidor, sem token, a fim de atender às necessidades do Conselho Federal de Contabilidade.	R\$ 79,00	23/02/2024	DOCS CONSULTORIA ESP	50.
8	OK	FUNDAÇÃO DE PREV. COMPLEMENTAR – FUNPRESP	FUNPRESP	00007/2023	01	Aquisição de 01 (um) Certificado Digital e-CNPJ A1, com validade de 12 meses, emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).	R\$ 90,00	08/01/2024	X.DIGITAL BRASIL SEGU	38.
9	OK	CONSELHO REGIONAL DE TÉC. EM RADIOLOGIA 1ª-DF	CRTR-DF	90001/2024	02	AQUISICÃO De certificados digitais do tipo A1, padrão ICP-Brasil, pessoa física/jurídica sem fornecimento de Token, com validade por 12(doze) meses, para o Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 1ª Região.	R\$ 91,00	09/02/2024	DOCS CONSULTORIA ESP	50.
10	OK	CONSELHO REG.DE FIS. E TERAPIA OCUPACIONAL-MT	CREFITO-MT	00023/2023	02	Contratação de serviços de certificação digital, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e anexos.	R\$ 131,00	15/12/2023	AR RP CERTIFICACAO DIG	21.
11	OK	18 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/RS	18BIM-RS	90003/2024	01	Dispensa de licitação para contratação de serviço de emissão de certificado digital em favor do 18 BMTZ localizado em Sapucaia do Sul - RS	R\$ 132,20	30/01/2024	B W SISTEMAS DE AUTOM	19.
12	OK	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE	TRE-SE	90002/2024	02	01 unidade de Certificado digital do tipo e-CNPJ, classe A1, padrão ICP-Brasil, com visita técnica para validação e emissão	R\$ 134,00	26/01/2024	X.DIGITAL BRASIL SEGU	38.
13	OK	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FUB	FUB	10008/2023	01	Emissão de Certificado Digital A1 para Pessoa Jurídica	R\$ 174,00	23/11/2023	ACERTCAM CERTIFICADO	20.
14	OK	PORTOSRIO AUTORIDADE PORTUÁRIA	PORTOSRIO	00016/2023	03	Prestação dos serviços, sob demanda, de emissão e validação de certificação digital para pessoas físicas (e-CPF) e jurídicas (e-CNPJ), na hierarquia da ICP-Brasil, de modo a atender às necessidades da Portosrio	R\$ 190,00	09/11/2023	SOLUTI - SOLUCOES EM	09.
15	OK	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL/FMCE	FMCE	90013/2024	01	Serviço de renovação de certificado digital	R\$ 234,90	19/02/2024	CERTISIGN CERTIFICADQ	01.

8.3.2 - Item 2 - Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE

Para a pesquisa, foi utilizado o portal PAINEL DE PREÇOS (https://paineldepregos.planejamento.gov.br/) do Ministério da Economia.

Um aspecto relevante nessa pesquisa foi que, considerando o baixo valor envolvido na contratação proposta, apenas foram utilizadas as contratações feitas por Dispensa de Licitação como critério de busca nos resultados.

Após análise das compras relacionadas, não foram excluídas da análise nenhum resultado a fim de apresentar um panorama mais abrangente.

8.3.2.1 - Pesquisa PAINEL DE PREÇOS Item 02

DESCRIÇÃO: Certificado SSL OV WildCard										
LOCAL: https://paineldepregos.planejamento.gov.br/analise-servicos										
CATSER: 27170										
ESFERA: FEDERAL										
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO										
PERÍODO: ÚLTIMOS 180 DIAS										
RESULTADO	ANÁLISE	ÓRGÃO	SIGLA	ID. Compra	ITEM	OBS	VALOR	DATA	FORNECEDOR	CNPJ
1	OK	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO	TRT18	00039/2023	03	Serviços de emissão de certificados digitais com suporte para a instalação e eventuais problemas dela decorrentes, bem como os procedimentos necessários de validação (remota/presencial) para o preenchimento dos requisitos para a emissão do certificado dos itens 1 e 2 (ICP-BRASIL), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	R\$ 375,00		BRHOST SERVICOS DIGIT	35.
2		SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS CORPORATIVOS	SAC-MF	00014/2023	01	Emissão de certificado digital a1 para equipamento servidor	R\$ 403,50		AR RP CERTIFICACAO DIG	21.
3		SUBSECRET. DE PLANEJ., ORÇ. E ADMINISTRAÇÃO	SPOA-MMAMC	00007/2023	01	Contratação de empresa especializada no serviço de emissão de certificados digitais do tipo A1 SSL OV Wildcard para proteção de domínio e de seus subdomínios, conforme condições e exigências do Termo de Referência 23/2023 e seus anexos.	R\$ 610,00		X.DIGITAL BRASIL SEGU	38.
4		CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	CFC	90000/2024	02	Aquisição de certificados digitais ICP-Brasil do tipo A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ), tipo A1 wildcard e tipo SSL A1 e-CNPJ para equipamento servidor, sem token, a fim de atender às necessidades do Conselho Federal de Contabilidade.	R\$ 652,00		X.DIGITAL BRASIL SEGU	50.
5		EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA	EPE	90009/2024	01	Aquisição de certificado SSL Wildcard para servidores EPE	R\$ 655,50		ACTIVEWEB TECHNOLOGI	04.
6		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO	TRT18	00039/2023	01	Serviços de emissão de certificados digitais com suporte para a instalação e eventuais problemas dela decorrentes, bem como os procedimentos necessários de validação (remota/presencial) para o preenchimento dos requisitos para a emissão do certificado dos itens 1 e 2 (ICP-BRASIL), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.	R\$ 913,23		X.DIGITAL BRASIL SEGU	38.
7		INST.NAC.DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA	INMETRO	90002/2024	01	Aquisição de Certificado Digital do tipo A1 para equipamento servidor (SSL/TLS) da hierarquia de Infraestrutura de Chaves Públicas do Brasil (ICP - Brasil), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos	R\$ 924,00		X.DIGITAL BRASIL SEGU	38.
8		AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	ANP-RJ	00137/2023	01	Certificado Digital e-Equipamento A1 Institucional, ICP-Brasil, emitido pela autoridade certificadora Serpro, com validade de 01 (um) ano.	R\$ 1.181,30		SERVICO FEDERAL DE PR	33.
9		AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	ANATEL	00016/2023	01	Contratação de serviços de emissão de até 20 (vinte) certificados digitais para Servidor Web, TIPO A1, com validade mínima de 12 (doze) meses, em padrão estabelecido pela ICP-Brasil, sem garantia de quantidade mínima de certificados solicitados, e serviços de emissão de certificados digitais de forma remota.	R\$ 1.357,90		AR RP CERTIFICACAO DIG	21.
10		CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	CFC	90000/2024	03	Aquisição de certificados digitais ICP-Brasil do tipo A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ), tipo A1 wildcard e tipo SSL A1 e-CNPJ para equipamento servidor, sem token, a fim de atender às necessidades do Conselho Federal de Contabilidade.	R\$ 1.374,00		X.DIGITAL BRASIL SEGU	38.
11		COORD.GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	CGRL-MME	90001/2024	01	O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de fornecimento de 01 (uma) unidade de Certificado Digital SSL do, conforme condições, quantidades e exigências Tipo Wildcard OV Padrão Internacional estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.	R\$ 2.100,00		X.DIGITAL BRASIL SEGU	38.
12		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11A.REGIAO	TRT11	00089/2023	01	Contratação de Certificado SSL A1 Wildcard	R\$ 4.124,00		X.DIGITAL BRASIL SEGU	38.

Ressalta-se, ainda, que foi verificado, pela equipe de planejamento, se havia a solução de certificados digitais entre as soluções de TIC disponíveis no Catálogo de Soluções do Governo Federal. Não foi encontrada essa solução.

8.4. Cálculo do Preço Estimado

8.4.1. Detalhamento do Cálculo do Preço

Para fins de estimativa do valor a ser orçado para a contratação dos serviços relacionados a Certificados Digitais, foram realizadas algumas avaliações prévias dos valores obtidos, considerando as informações constantes no **Manual de Contratações do TRE-PE**, no **Manual de Orientações sobre Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça** e na **Instrução Normativa SEGES/ME 65/2021**. A partir dos valores obtidos, foram preenchidas as tabelas abaixo apresentadas, conforme detalhado a seguir.

Para cada preço obtido, tomando como referência os valores dos demais preços para cada órgão, a análise iniciou-se eliminando primeiro os **PREÇOS EXCESSIVOS (superiores a 125%)**, e, em seguida, refazendo os cálculos da média e do percentual. Continuando a análise, foram excluídos todos aqueles preços cujos resultados se apresentaram com valor inferior a 75% da média dos demais preços ().

Após essa etapa, foram calculados os valores para a média e para a mediana dos valores, conforme apresentado nas tabelas abaixo indicadas. Como preconiza o referido manual do STJ, foram feitas as escolhas dos valores de acordo com o coeficiente de variação calculado em cada análise, adotando-se a **mediana** como preço de referência para **valores superiores a 25%**.

8.4.1.1 - Item 01 - Certificados digitais do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para uso no sistema eSocial do Governo Federal

Identificação de Preços Excessivos					
Preços			Média dos demais preços	Percentual em relação aos demais	Avaliação
Res.	Órgão	Valor			
01	CREA-PE	R\$ 43,00	R\$ 111,89	38,43%	POSSÍVEL
02	MEC-UFRJ	R\$ 50,00	R\$ 111,39	44,89%	POSSÍVEL
03	CRF-PR	R\$ 55,00	R\$ 111,04	49,53%	POSSÍVEL
04	TRT18	R\$ 55,00	R\$ 111,04	49,53%	POSSÍVEL
05	JF-BA	R\$ 75,00	R\$ 109,61	68,43%	POSSÍVEL
06	TRE-PE	R\$ 75,40	R\$ 109,58	68,81%	POSSÍVEL
07	CFC	R\$ 79,00	R\$ 109,32	72,26%	POSSÍVEL
08	FUNPRESP	R\$ 90,00	R\$ 108,54	82,92%	POSSÍVEL
09	CRTR-DF	R\$ 91,00	R\$ 108,46	83,90%	POSSÍVEL
10	CREFITO-MT	R\$ 131,00	R\$ 105,61	124,04%	POSSÍVEL
11	18BIM-RS	R\$ 132,20	R\$ 105,52	125,28%	PREÇO EXCESSIVO
12	TRE-SE	R\$ 134,00	R\$ 105,39	127,14%	PREÇO EXCESSIVO
13	FUB	R\$ 174,00	R\$ 102,54	169,70%	PREÇO EXCESSIVO
14	PORTOSRIO	R\$ 190,00	R\$ 101,39	187,39%	PREÇO EXCESSIVO
15	FMCE	R\$ 234,90	R\$ 98,19	239,24%	PREÇO EXCESSIVO

Identificação de Preços Inexequíveis					
Preços			Média dos demais preços	Percentual em relação aos demais	Avaliação
Res.	Órgão	Valor			
01	CREA-PE	R\$ 43,00	R\$ 77,93	55,18%	INEXEQUÍVEL
02	MEC-UFRJ	R\$ 50,00	R\$ 77,16	64,80%	INEXEQUÍVEL
03	CRF-PR	R\$ 55,00	R\$ 76,60	71,80%	INEXEQUÍVEL
04	TRT18	R\$ 55,00	R\$ 76,60	71,80%	INEXEQUÍVEL
05	JF-BA	R\$ 75,00	R\$ 74,38	100,84%	EXEQUÍVEL
06	TRE-PE	R\$ 75,40	R\$ 74,33	101,43%	EXEQUÍVEL
07	CFC	R\$ 79,00	R\$ 73,93	106,85%	EXEQUÍVEL
08	FUNPRESP	R\$ 90,00	R\$ 72,71	123,78%	EXEQUÍVEL
09	CRTR-DF	R\$ 91,00	R\$ 72,60	125,34%	EXEQUÍVEL
10	CREFITO-MT	R\$ 131,00	R\$ 68,16	192,21%	EXEQUÍVEL

Escolha de Preços entre Média e Mediana						
Preços		Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	Média	Mediana	Método a ser utilizado
Órgão	Valor					
JF-BA	R\$ 75,00	R\$ 21,17	23,46%	R\$ 90,23	R\$ 84,50	MÉDIA
TRE-PE	R\$ 75,40					
CFC	R\$ 79,00					
FUNPRESP	R\$ 90,00					
CRTR-DF	R\$ 91,00					
CREFITO-MT	R\$ 131,00					

8.4.1.2 - Item 02 - Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE

Identificação de Preços Excessivos					
Preços			Média dos demais preços	Percentual em relação aos demais	Avaliação
Res.	Órgão	Valor			
01	TRT18	R\$ 375,00	R\$ 1.299,58	28,86%	POSSÍVEL
02	SAC-MF	R\$ 403,50	R\$ 1.296,99	31,11%	POSSÍVEL
03	SPOA-MMAMC	R\$ 610,00	R\$ 1.278,22	47,72%	POSSÍVEL
04	CFC	R\$ 652,00	R\$ 1.274,40	51,16%	POSSÍVEL
05	EPE	R\$ 655,50	R\$ 1.274,08	51,45%	POSSÍVEL
06	TRT18	R\$ 913,23	R\$ 1.250,65	73,02%	POSSÍVEL
07	INMETRO	R\$ 924,00	R\$ 1.249,68	73,94%	POSSÍVEL
08	ANP-RJ	R\$ 1.181,30	R\$ 1.226,28	96,33%	POSSÍVEL
09	ANATEL	R\$ 1.357,90	R\$ 1.210,23	112,20%	POSSÍVEL
10	CFC	R\$ 1.374,00	R\$ 1.208,77	113,67%	POSSÍVEL
11	CGRL-MME	R\$ 2.100,00	R\$ 1.142,77	183,76%	PREÇO EXCESSIVO
12	TRT11	R\$ 4.124,00	R\$ 958,77	430,14%	PREÇO EXCESSIVO

Identificação de Preços Inexequíveis					
Preços			Média dos demais preços	Percentual em relação aos demais	Avaliação
Res.	Órgão	Valor			
01	TRT18	R\$ 375,00	R\$ 896,83	41,81%	INEXEQUÍVEL
02	SAC-MF	R\$ 403,50	R\$ 893,66	45,15%	INEXEQUÍVEL
03	SPOA-MMAMC	R\$ 610,00	R\$ 870,71	70,06%	INEXEQUÍVEL
04	CFC	R\$ 652,00	R\$ 866,05	75,28%	EXEQUÍVEL
05	EPE	R\$ 655,50	R\$ 865,66	75,72%	EXEQUÍVEL
06	TRT18	R\$ 913,23	R\$ 837,02	109,10%	EXEQUÍVEL
07	INMETRO	R\$ 924,00	R\$ 835,83	110,55%	EXEQUÍVEL
08	ANP-RJ	R\$ 1.181,30	R\$ 807,24	146,34%	EXEQUÍVEL
09	ANATEL	R\$ 1.357,90	R\$ 787,61	172,41%	EXEQUÍVEL
10	CFC	R\$ 1.374,00	R\$ 785,83	174,85%	EXEQUÍVEL

Escolha de Preços entre Média e Mediana						
Preços		Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	Média	Mediana	Método a ser utilizado
Órgão	Valor					
CFC	R\$ 652,00	R\$ 303,71	30,12%	R\$ 1.008,28	R\$ 924,00	MEDIANA
EPE	R\$ 655,50					
TRT18	R\$ 913,23					
INMETRO	R\$ 924,00					
ANP-RJ	R\$ 1.181,30					
ANATEL	R\$ 1.357,90					
CFC	R\$ 1.374,00					

8.4.2. Valor Estimado Obtido

Nº e Descrição do Item	Valor Unitário Estimado	C
01 - Certificado digital do tipo A1 e-CNPJ ICP BRASIL para o sistema eSocial do Governo Federal	R\$ 90,23	
02 - Certificado digital Wildcard SSL para o domínio do TRE-PE	R\$ 924,00	
Valor Total Estimado da Contratação	R\$ 2.028,46	

O valor será pago em sua totalidade após o fornecimento dos vouchers solicitados via Ordens de Serviço.

Data do Orçamento Estimado: 17/05/2024

8.4.3. Metodologia Utilizada para Definição do Preço Estimado e Justificativa

Com base no Manual de Contratações do TRE-PE, no Manual de Orientação à Pesquisa de Preços do STJ e na Instrução Normativa SEGES/ME 65/2021, foi utilizada, para a definição do preço estimado, após a exclusão dos preços excessivos e inexequíveis, a **média (para o item 01) e a mediana (para o item 02)** dos preços obtidos.

Essa metodologia foi selecionada como critério de definição do preço estimado, uma vez que a medida de dispersão "coeficiente de variação" obtida mostrou-se inferior a 25% no primeiro item, e superior, para o segundo, conforme demonstrado no tópico 8.4.1 deste documento.

9. Adequação Orçamentária (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘j’ da Lei nº 14.133/2021)

9.1. Natureza de Despesa e Tipo de Orçamento

Tipo de orçamento: Ordinário.

Natureza da Despesa: 3390.40.23.

9.2. Modalidade da Nota de Empenho

X	Ordinário		Global	X	Estimativo
---	-----------	--	--------	---	------------

10. Informações Complementares

Não se aplica.

11. Anexos

Anexos referenciados no documento estão incluídos neste procedimento SEI.

12. Assinaturas

Obs.: Todos os integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação devem assinar este documento.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO RIBEIRO, Gestor(a) de Contrato substituto**, em 14/06/2024, às 13:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUÍS FERNANDO CAVALCANTI COSTA, Analista Judiciário(a)**, em 14/06/2024, às 13:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIO ROBERTO GOMES DA COSTA, Técnico(a) Judiciário(a)**, em 14/06/2024, às 13:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2576392** e o código CRC **A09D2E9C**.